



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada a Ata.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2011 – CRA, aprovado em 23/02/2011, de minha autoria; ao Requerimento nº 33, de 2011 – CRA, aprovado em 04/08/2011, de autoria do Senador Alvaro Dias; ao Requerimento nº 35, de 2011 – CRA, aprovado em 04/08/2011, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Luiz Henrique e Renan Calheiros; e ao Requerimento nº 36, de 2011 – CRA, aprovado em 04/08/2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, no sentido de o Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, prestar esclarecimentos sobre matéria publicada na revista *Veja*, em sua edição de 3 de agosto corrente, bem como prestar informações sobre outros assuntos relacionados à sua Pasta.

Informo à Comissão que esta Presidência irá adotar, visando ao bom andamento da nossa reunião, o procedimento previsto no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de comparecimento de Ministro de Estado ao Senado Federal.

Dessa forma, passarei, primeiramente, a palavra ao Ministro Wagner Rossi, que disporá de trinta minutos para fazer sua exposição. Em seguida, passaremos à fase de interpelação, prevista no inciso X do art. 398 do Regimento Interno. Os Senadores inscritos, interpellantes, terão o prazo de cinco minutos, assegurando-se igual prazo para a resposta ao interpelado, que, depois, poderá ser contraditado pelo Senador pelo prazo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a réplica. Lembro que a palavra será concedida aos Senadores de acordo com a ordem de inscrição, intercalando-se, entretanto, oradores de cada partido, conforme o art. 398, inciso XI.

Portanto, passo a palavra ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Wagner Rossi.

V. Ex^a dispõe de trinta minutos para fazer sua explanação, Ministro. Seja bem-vindo à nossa Casa!

O SR. WAGNER ROSSI – Muito obrigado, Sr. Presidente Acir Gurgacz.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores representantes da imprensa, em primeiro lugar, quero dizer que é uma honra estar no Senado Federal, que tão gloriosas tradições históricas encerra na nossa Pátria.



Portanto, cumpro meu dever de homem público de vir aqui de moto próprio, ao mesmo tempo convidado pelos Srs. Senadores já enunciados, para prestar esclarecimentos que julgo importantes, em função das reportagens das últimas semanas.

Quero ser bastante objetivo e me concentrar, ponto a ponto, em todas as questões levantadas nessas reportagens, sobretudo nas duas reportagens da revista *Veja* que foram citadas.

Em primeiro lugar, quero dizer que, de imediato, tendo tomado conhecimento, por meio da reportagem, de fatos que mereceriam nossa atenção, instaurei a Comissão de Sindicância, para que se procedesse à apuração completa das supostas irregularidades apontadas. E me dirigi ao Ministro Luís Inácio Adams, da AGU, solicitando que, para que houvesse um alto nível de isenção nessa sindicância que faríamos, em vez de colocarmos funcionários do Ministério da Agricultura, fossem-nos cedidos servidores da AGU que pudessem fazer essa sindicância. E, assim, já no momento em que solicitado, o Ministro Adams me respondeu e me indicou o Corregedor-Adjunto da AGU, Dr. Hélio Saraiva Franca, para presidir a comissão com mais um advogado da União e apenas um funcionário de carreira do Ministério, a fim de que o acesso a todas as informações se tornasse o mais fácil possível.

Todos os servidores citados em todas as reportagens serão ouvidos, garantindo-lhes o direito à ampla defesa e ao contraditório, como é exigência da lei.

Da mesma forma e ao mesmo tempo, encaminhei também à CGU todas as denúncias constantes das reportagens para que, ao lado da investigação que seria feita na comissão de sindicância pelos membros da AGU, também a CGU pudesse se debruçar sobre os fatos e fazer a investigação competente, de modo a dar total condição de isenção e aprofundamento das investigações.

Quero dizer que a iniciativa de convocar a CGU foi minha. Falei pessoalmente com o Ministro Jorge Hage, que, imediatamente, solicitou-me que recebesse a comissão e abrisse as portas para que ampla investigação fosse feita, o que fiz, começando por disponibilizar todos os computadores dos funcionários envolvidos ou outros que a CGU achasse por bem convocar. E assim foi feito de imediato.

Quero dizer que, como são alguns pontos factuais, eu vou me concentrar inicialmente em responder a cada um deles.

Na reportagem da última semana, num destaque, num bloco, a *Veja* tratou do caso SPAM, a Sociedade Produtora de Alimentos Manhuaçu, que tinha uma cobrança judicial contra a Conab sendo executada na 5ª Vara da Justiça Federal, no processo de nº 2001009228/9. O caso remonta a 1987, quando a então Cobal, a empresa anterior à Conab, comprou 50 mil toneladas de leite em pó de origem americana da SPAM a partir de concorrência pública. A briga judicial gira em torno da exclusão do antigo ICM do preço da mercadoria. A antiga Cobal



reteve o imposto destacado no valor de 357,3 milhões de cruzados, a moeda da época. A ação da SPAM contra a Conab foi julgada procedente e, em 2009, encontrava-se em fase de execução com valores superiores a R\$99 milhões.

Em 2009, ainda como Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), eu fui alertado pelo Jurídico da companhia de que essa ação tinha algo de duvidoso, atos suspeitos cometidos por um procurador da Conab, o Sr. Raimundo Nonato de Oliveira Santos, que estava lotado na Procuradoria da Conab. Ele teria, em 4 de abril de 1997, determinado um parecer pelo arquivamento do processo administrativo movido pela SPAM. Foram detectados indícios amparados por provas documentais e admissões convencionais, de que Oliveira Santos praticou advocacia administrativa, sendo procurador da Conab, contra a Conab. Isso é um dos elementos essenciais para se fazer a anulação do processo. Ele atuou e, quando isso foi detectado, eu determinei que todas as providências jurídicas fossem tomadas no sentido de resguardar o interesse público.

Naquele mesmo mês, a Conab comunicou-se com o então Advogado-Geral da União José Antonio Dias Toffoli, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, e com o Procurador da Fazenda Nacional Dr. Luís Inácio Adams, hoje ministro da AGU, sobre a instauração de procedimento administrativo e a entrada na lide da AGU, para tentar evitar o dano ao patrimônio.

Em novembro de 2009, eu determinei à procuradoria jurídica do órgão, da Conab portanto, que entrasse na ação pedindo a nulidade, suspensão e paralisação da cobrança, tendo em vista os indícios detectados de conluio entre as partes contra o patrimônio público representado pela Conab. O Caso ainda está correndo na Justiça. O que aconteceu?

Aconteceu que nós detectamos um ato imoral de um procurador que se conluiou com o advogado da parte contrária para darem um golpe de R\$150 milhões no Erário. Nós, ao agirmos assim, evitamos que isso se completasse, tomamos todas as medidas, inclusive uma coisa difícil de se fazer, que é a ação anulatória de uma sentença judicial.

Pois bem. Por termos feito tudo isso, não há nenhuma acusação a mim, mas acusou-se, na revista, que alguém da Conab – eu já não era presidente – teria procurado a Spam. Não. A Spam, através de um conluio, como eu já disse, de um procurador da Conab com os seus advogados, estavam tentando dar um golpe que nós evitamos. E eles vêm a público dizer que alguém foi pedir. Como é que alguém na Conab poderia ir fazer um acordo se nós estamos tentando anular a sentença judicialmente?

Eu não quero que isso fique no “eu acho e você acha”. Estão aqui todos os documentos comprobatórios do que eu disse, inclusive as comunicações, a tempo e hora, aos órgãos próprios de controle e há as ações judiciais. Estão aqui também – isso que nos permitiu salvar o patrimônio público –, documentadamente, o que agora eu vou revelar aos senhores: esse conluio tinha



um caráter tão nocivo e as pessoas eram tão inconfiáveis que eles fizeram por escrito. E não cumprindo uma das partes aquilo que havia prometido, estão aqui as queixas e as ações judiciais de um contra o outro sobre aquilo que seria o espólio que eles pretendiam roubar do dinheiro público, que, com a graça de Deus, nós não permitimos. São essas as pessoas que foram dizer que estavam tentando arranjar vantagens. Alguém da Conab até descreve, de uma maneira tão fácil de encontrarmos a pessoa: “é um pouco baixo, um pouco moreno, um pouco gordinho”. Eu imediatamente disse, à alegação de que tinha havido alguém, que essa “pessoa” (entre aspas) da Conab teria ido ao aeroporto se encontrar: o aeroporto tem sistema de vigilância e, imediatamente, vamos pedir que a investigação vá ao aeroporto e consiga essas informações. Mas eles já sabiam que não, porque só por 30 dias ficam guardadas as gravações feitas no aeroporto.

Mas estão todos os documentos aqui: é o caso Spam. Portanto, gente, o que houve foi o seguinte: como nós usamos a exação – a nossa obrigação –, aqueles que foram impedidos de completar um golpe dessa natureza vieram com uma vindita de baixo nível fazendo uma acusação. Eu disse até que eu prezo grandemente aquele valor que muitos de nós ajudamos a construir no nosso País, que é a ampla liberdade de informação, de imprensa, mas que, às vezes, as pessoas precisam checar bem quem é que está dando a informação, pois quem está dando a informação são exatamente aqueles que se conluiaram para saquear o patrimônio público. Os documentos vão ficar à disposição dos Srs. Senadores.

O segundo caso citado, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, foi o da Gráfica Brasil. A Gráfica Brasil mantinha um contrato com o Ministério da Agricultura desde 30 de maio de 2006. A contratação se deu por adesão à ata de registro nº 22, de 2005, no valor de R\$ 8 milhões. O contrato sofreu oito aditamentos, o último em 29 de maio de 2009, tendo sido extinto, por decurso de prazo, em 30 de maio de 2010. Porque no dia 5 de setembro de 2010 a revista *Veja* fez uma denúncia que envolvia vários casos, uma reportagem política grande intitulada “O Estado a Serviço do Partido”, na época em que se avizinhava a eleição presidencial. E a reportagem fazia referência a algo que eu imediatamente mandei constatar que era fato – que eu já citei – de que o Ministério tinha um contrato com essa gráfica. Posta sob suspeita, a minha primeira providência foi suspender de imediato qualquer despesa nesse contrato que já tinha tido oito aditivos, todos anteriores a minha entrada no Ministério e suspendi qualquer ação usando esse contrato. E por isso ele foi até a sua extinção pelo decurso de prazo final.

Determinei abertura de concorrência para que se contratasse um novo fornecedor com os requisitos todos legais para essa contratação. Surpreendentemente, três dias após ter terminado o contrato, um funcionário que estava então na equipe anterior de licitações fez, contra minha determinação direta, a adesão a uma outra ata que voltaria a beneficiar a mesma empresa,



deixando um claro sinal de que havia pelo menos algum tipo de interesse daquela equipe em manter esse contrato. Eu determinei, tão logo conheci, no mesmo dia – ficamos surpreendidos por esse ato, porque estávamos procedendo a uma concorrência – do mesmo modo que não permiti nenhum gasto na finalização do contrato, que nenhum gasto fosse feito nesse novo contrato feito por adesão. E nenhum gasto foi feito.

Continuou o processo de concorrência que instauramos e venceu uma outra gráfica, com o valor de R\$ 4 milhões. O valor do contrato de adesão era R\$10,394 milhões. Não foi gasto um centavo porque eu não permiti desde o primeiro momento. E, portanto, o contrato se deu por concorrência através de pregão, modalidade pregão eletrônico, com todos os requisitos. A pessoa que faz a acusação é aquela que queria continuar com aquela gráfica, com os preços elevados e contra a determinação expressa do Ministro. Todos os documentos relativos a isso estão aqui. Todos, inclusive para agregar um certo valor a essa equipe nova, aqui está uma informação da responsável – que é a Veridiana Alves Fernandes Dias –, que fez pregões aqui e, a partir daquela data, nenhuma contratação desse tipo era feita sem que houvesse concorrência.

E aqui estão os valores a menor que foram contratados a partir da estada da D. Veridiana lá no sistema de licitações. Para se ter uma ideia, as diferenças apuradas são da ordem de 25%, num contrato de R\$3,713 milhões; nós contratamos por R\$1,140 milhão; num contrato de R\$449 foi para R\$400. De R\$96 mil para... E assim por diante. Todos os contratos passaram a cair significativamente o preço, todos esses documentos também estão à disposição dos senhores.

Gráfica Brasil, portanto, era uma empresa que tinha problemas, nós detectamos, paralisamos, trocamos por meio de concorrência por outra que cobrou 40% do que era o contrato daquela inicialmente. Realmente, as pessoas que estavam cuidando disso antes não ficaram contentes, e uma delas é a autora de denúncias dessa natureza que nós vimos.

Aqui estão os documentos comprovando que nenhum pagamento foi feito, no primeiro contrato, que eu suspendi, no segundo contrato. E, conforme eu acabei de dizer, o que é que foi feito a partir daí?

Fundação São Paulo, que é a mantenedora da PUC-SP, universidade da maior tradição e que foi contratada em contrato celebrado em 17 de setembro de 2010, para prestação de serviço de execução do Plano Anual de Educação Continuada do Ministério, para elaboração e implantação de um sistema de avaliação, que não existia ainda no Ministério. Quem assina? Pelo Ministério da Agricultura, o contrato foi assinado pela Coordenação-Geral de Logística e Serviços, Carla Carvalho; pela Fundação, assinam os Padres João Júlio Farias Júnior e José Rodolpho Perazzolo, além do reitor da PUC – SP, Dirceu de Mello. A chefe da Coordenação-Geral de Logística é a responsável pela assinatura de contratos de prestação de serviço, compras e obras, por força do



art. 1º, inciso I, da Portaria 114, de 20 de novembro de 2007, que era aquilo que vigorava e que vigora até hoje no Ministério da Agricultura. O contrato não poderia ser assinado por funcionários da área de licitações, como o ex-presidente da Comissão de Licitação, Israel Leonardo Batista, porque ele não tinha legitimidade – e é quem fez a denúncia –, em razão da Portaria 114. Além disso, ele sofreu um PAD (Processo Administrativo Disciplinar) e, nesse PAD, ele perdeu o cargo de chefe do Serviço de Licitações. Perdeu por uma decisão de um PAD, que é um procedimento administrativo de caráter de verificação de ação de funcionários.

O valor do contrato é de R\$9,1 milhões. De outubro de 2010 a junho deste ano, o Ministério da Agricultura pagou R\$5,202 milhões. Não houve aditivos ao contrato, e nós fizemos o contrato, claro, os órgãos técnicos fizeram o contrato com processo de seleção feito com dispensa de licitação, baseada em Parecer 367, de 2010, da consultoria jurídica do Ministério. A hipótese de dispensa é considerada cabível para contratação de entidades cujas atividades fundamentais são relacionadas com pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional. Não é possível fazer simples concorrência por preço para cursos dessa natureza com instituições dessa natureza.

O objetivo do contrato era contratação para garantir a execução do Plano de Educação Continuada, que tinha sido elaborado antes da minha chegada no Ministério, em 2009, para capacitar profissionalmente os 12 mil servidores do Ministério da Agricultura em todo o País. A necessidade de contratação foi levantada, em novembro de 2009, pelo Comitê Gestor de Educação Continuada. O objetivo foi atender a solicitações da área de Recursos Humanos com base no Decreto 5.707, de 2006, que instituiu a política e as diretrizes para desenvolvimento das pessoas na Administração Pública Federal. Foram realizadas oficinas de trabalho nas unidades administrativas do Ministério, incluindo a sede em Brasília, o Ceplac e o Inmet, que são órgãos vinculados à nossa supervisão. E o levantamento de cada área, a partir dos secretários.

Em 4 de julho de 2010, o Comitê Gestor aprovou o plano, e foi posto em prática. Houve várias propostas de entidades diferentes, e optou-se pela proposta da PUC, não só por sua reconhecida reputação em gestão educacional, mas pela adequação da proposta dos objetivos colimados pelo Ministério.

Desde que os cursos passaram a ser ministrados, a partir de 2010 até junho deste ano, 1.047 servidores já terminaram cursos. O plano prevê que até o fim de 2012 todos os 12 mil servidores sejam atendidos. E já estão inscritos nos cursos 6.560 servidores do Ministério.

Os cursos vão desde cursos objetivamente destinados a uma preparação específica de curta duração, como, por exemplo, idiomas, porque há uma lacuna grande de conhecimento na área, e com um protagonismo cada vez maior do Brasil agrícola e pecuário no comércio internacional, as línguas passaram a ser essenciais no desenvolvimento do nosso trabalho. Os de média duração, que são de competência gerencial para quadros do Ministério, que são



execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas e outras áreas administrativas. E os de longa duração, inclusive MBAs em agronegócio, em planejamento, gestão e gestão pública.

Os cursos são realizados em todo o território nacional. A CGU aditou o contrato; o contrato já foi auditado. Apesar disso, em função das denúncias, eu determinei – como eu disse no início, alguns dos Srs. Senadores não estavam aqui – não somente abertura de sindicância para a completa apuração de todas as denúncias, como pedi a AGU que indicasse advogados da União para compor a comissão e presidi-la, e pedi a investigação completa pela CGU, através de contatos com o Ministro Luís Adams, que indicou o Advogado Corregedor Adjunto da AGU Hélio Saraiva Franca para presidir e com a CGU, que já instaurou procedimento investigatório, com toda a cobertura nossa, para que tudo seja apurado.

Quero dizer, como já o fiz anteriormente, que nunca tinha tido qualquer conhecimento com o alegado lobista, que participou como contratado da PUC, acompanhou os professores da PUC na tratativa com o Ministério. Não há nenhum indício de que ele tenha tido, em qualquer momento, uma sala no Ministério. Mas, estamos apurando e vamos usar o rigor da lei para qualquer dos funcionários citados ou outros que tenham quaisquer a ver com esta denúncia e estas alegações.

Portanto, este foi o caso.

Todos os documentos estão aqui relatados, de cada uma das alegações da revista. Aqui está o contrato, aqui estão os demais elementos comprobatórios do que estou dizendo.

Embora nesses últimos dias nós tenhamos tido várias questões, indicações, todas aquelas levantadas pela imprensa nós tomamos conhecimento e tomamos providências.

Em primeiro lugar, rebatemos com fatos, com documentos e eles estão aqui à disposição dos Srs. Senadores, todos. Diferentemente de qualquer outra atitude de procurar isolar, defender, esconder, ao contrário, nós nos abrimos à toda e qualquer investigação; nós determinamos a investigação, solicitamos órgãos de controle interno e externo para que procedessem a todas as averiguações, e, claro, teremos o rigor da lei para com aqueles que tenham feito qualquer irregularidade ou agido de maneira inadequada.

Mas, todos os fatos – e é isso que eu lamento, porque na medida em que você começa a aceitar que qualquer um denuncie sem nenhuma prova, você vai exatamente pegar as pessoas que estavam ressentidas, magoadas, que foram desatendidas, ou que estavam tentando, como é o caso da Spam, lesar o interesse público, e foram por nós impedidas. E, no limite da lei, nós agimos para impedir que esses advogados, conluídos com o Procurador da Conab, fizessem isso.



É tão importante que nós possamos dar uma segurança ainda maior para esses campos, que estamos providenciando mudanças significativas na operação e nos controles da companhia, para que ela não seja novamente vítima desse tipo de procedimento. Havia, sim, certa lacuna na área jurídica que nós estamos tomando todas as providências.

No que diz respeito ao caso inicial em que na Conab nós tivemos a necessidade da demissão do diretor financeiro da época, o que eu fiz com muito desagrado, quando foi feita esta providência em função de desarranjos administrativos, de questões meramente ligadas à administração, e isso ocorreu, houve por parte do demitido a indicação de dois casos em que poderia ter havido qualquer ação que fosse ilegal, ou irresponsável, ou imoral por parte da Conab.

Quero relatar os dois casos e dar aos senhores a mesma evidência de que tal não ocorreu. Um caso é a venda de um terreno, citado na reportagem, situado no Setor Clubes Norte, e da propriedade da Conab, que foi vendido em concorrência pública. A avaliação foi feita pela Caixa Econômica Federal – e aqui estão todos os documentos referentes ao que eu vou dizer, começando pela cópia da avaliação da Caixa Econômica Federal.

Aqui está: o terreno foi avaliado em 8 milhões e 30 mil, e foi vendido, em concorrência pública, por 8 milhões e 100 mil; alegava-se que o terreno teria um valor muito maior, mas desconsiderou-se, primeiro, que a avaliação oficial, que é o requisito na venda de um bem público – não se faz a venda sem a avaliação da Caixa Econômica ou do Banco do Brasil –, então aquele terreno, particularmente, foi avaliado de maneira muito especial, porque era um terreno que foi recuperado pela Conab ao patrimônio, após ter sido cedido, durante um tempo, para uma eventual construção de um clube para os funcionários. E passaram-se muitos anos a mais do limite para que isso fosse feito, e não foi feito, aí a Conab retomou dentro de um processo amplo de retomada e de requalificação do patrimônio imobiliário da Conab, porque quando eu cheguei à Conab eu encontrei uma situação de muita precariedade nos levantamentos do patrimônio imobiliário da Conab. Por exemplo, havia uma dessas empresas anteriores à Conab, que foram se fundindo até chegar na Conab, que recebeu, por decreto do Presidente Getúlio Vargas, um terreno e nunca houve nenhuma outra providência, nunca se foi ao cartório, nunca se fez o registro, nunca se chegou à documentação adequada, a uma matrícula, etc.

Então eu constituí um grupo que fez isso e localizou, no Brasil inteiro, terrenos de valor que não estavam sendo usados, que estavam deteriorados, imóveis que se deterioraram. E essa comissão, que, aliás, foi presidida pelo Dr. João Fagundes, que está aqui, ex-deputado, ela conseguiu fazer acordos em muitas cidades – e, provavelmente, muitos dos Senadores que estão aqui, nas suas cidades de atuação, encontrarão imóveis que a Conab conveniou com as prefeituras, vendeu para as prefeituras –, e quando a venda era para uma entidade pública, de pública para pública, nós fazíamos um



parcelamento, sempre com avaliação. Mas nesse caso, não, porque nós fizemos uma concorrência pública.. Não foi da minha época como Presidente da Conab, eu não era Presidente da Conab, mas a diretoria de então fez exatamente o que tem que ser feito. Não há nenhum deslize, é uma concorrência pública aberta; não tem nada que não tivesse sido feito com correção. Portanto, em relação a esse caso não há nenhuma irregularidade.

O segundo fato citado naquele momento, foi a intenção de alguém na Conab de fazer um acordo extrajudicial com a empresa Caramuru Alimentos que todas as pessoas do setor conhecem, sabem que é uma empresa de altíssimo nível de governança e qualidade e que qualquer leigo pode saber que não existe a menor possibilidade de se fazer um acordo como o que foi indicado que seria que alguém na Conab iria aumentar o valor da condenação , de 14 para 20 milhões, para que houvesse um retorno. Primeiro, o pagamento é feito segundo o valor determinado pelo juiz. Segundo, não pode fazer pagamento se não houver recursos específicos que venham do Tesouro para que a Conab possa fazer pagamentos de decisões judiciais. Não havia esse dinheiro. Tanto que o pagamento feito foi irregular e acabou... Nesse caso, não se pagou nada, foi a alegação de que poderia ser feito um pagamento. Não houve nenhum pagamento, é uma ação judicial normal. A empresa Caramuru, um dia, vai receber dentro da fila normal que a Conab tem, nunca chegou ao meu conhecimento qualquer tentativa de antecipar. E o caso ainda é pior porque é atrasar para negociar. Não há nenhuma lógica, o contrato da Caramuru está aqui, é totalmente válido, totalmente jurídico.

Quero dizer que fiz isso de vir aqui explicar aos senhores, porque são questões factuais, documentais. Todas as questões levantadas não tinham nenhuma base. Começaram com um denuncismo e se atribuiu às pessoas a capacidade delas falarem o que quiserem. Mas é preciso que não se invente o ônus da prova para não transformarmos cada um dos Ministérios, cada um dos órgãos públicos, numa atenção a denúncias vazias.

No meu caso tenho essa facilidade, porque fui Presidente da Conab por três anos, eu sabia exatamente como as coisas estavam andando, e fui buscar os documentos, embora nenhum desses casos seja, a mim, atribuído qualquer questão, mas fui buscar documentos para pôr à disposição dos Srs. Senadores. Não há nenhuma validade nas acusações feitas em nenhum dos casos. A única questão que tenho que apurar e, por isso, não só eu, mas os órgãos próprios do Governo, qualquer indício de ilícito nós encaminharemos também aos órgãos externos que cuidam da repressão. Mas o que existe é o seguinte. Uma primeira reportagem sobre um fato que eu já disse desagradável e que teve uma atuação perfeita da Conab e teve uma grandeza de alma do Senador Romero Jucá, que teve uma atitude absoluta seriedade que nos deixou muito a vontade, apesar de que havia uma questão familiar envolvida. Isso foi resolvido dentro da maior lógica administrativa pela Conab. Claro, que o ressentimento gerou essas acusações



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 10

que acabei de mostrar, documentalmente, que não tinham nenhuma procedência. Peço aos Srs. Senadores que, com a maior liberdade, arguam todos os pontos que eu devo maiores explicações, porque eu vim aqui com o espírito de atender a todas as solicitações. Não há nenhum caso. A reportagem da Veja, todavia, me alertou para uma questão que, como eu disse, determinei investigação severa sobre ela. Lamento que nesse episódio o meu Secretário Executivo, que é uma pessoa que conheço há muitos anos, muito respeitado por todos os funcionários, 40 anos de serviço público, funcionário efetivo da Secretaria de Planejamento de São Paulo, teve cargos em diversas administrações, vários dos quais por meu convite, dada a qualidade que tem, ele se sentiu tão profundamente ofendido, eu não queria que ele se afastasse para que a investigação fosse feita, certo de que ele seria absolvido. Mas criou-se uma história sobre um lobista que veio ao Ministério, credenciado por um contrato com a PUC participando desse contrato aí, absolutamente regular, que não tem nada de errado, criou-se uma acusação a ele, que se sentiu especialmente tocado por isso, e, ao contrário do meu desejo, Senador... Por isso quero dizer que de todos os casos, SPAM Gráfica Brasil, terreno no Lago Norte, Caramuru, eu quis trazer documentação factual.

O caso da PUC, eu trouxe os documentos todos, podem ver a legalidade, e determinei investigação severa. Se existir quaisquer daquelas acusações feitas por alguém que tinha perdido o cargo, por um PAD, não por mim, e que tinha sido substituído – é natural que essas frisões entre grupo que entra em uma nova posição e grupo que sai ocorram em órgãos públicos –, vamos investigar a todos. Seja quem for, se tiver culpa, terá que responder por ela.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro, pela sua presença e pelos seus esclarecimentos aqui na Comissão de Agricultura.

Consulto as Sr^as e os Srs. Senadores no sentido de que nós ouçamos todos os autores do requerimento, depois passemos novamente a palavra ao Ministro e, posteriormente a cada cinco oradores inscritos, passemos novamente a palavra ao Ministro. Todos concordam com essa forma?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu sei que V. Ex^a está preocupado com o tempo. Obviamente muitos haverão de indagar o Ministro, mas a favor da produção desse depoimento, dos resultados, seria interessante que, pelo menos, o Ministro pudesse responder a cada Senador. Cinco indagações, cinco Senadores indagando para depois o Ministro responder me parece que não teremos resultados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Consulto o Plenário para saber. (Pausa.)

(Discussão fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A cada três? Vamos diminuir para cada três? Vamos achar um ponto intermediário, pode ser?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O ideal é um, Sr. Presidente. Se não houver possibilidade de pergunta e resposta, que cada Senador, pelo menos, possa fazer todas as perguntas e ouvir a resposta do Ministro, para que ocorra a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu consulto o Plenário, consulto as Sras e os Srs. Senadores para saber se vamos de um a um ou de três em três. (*Pausa.*)

Façamos de três em três. Muito bem, fica assim, conforme o Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, do PT, autor do requerimento também.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, inscreva-me.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro e Deputado, Sras Senadores, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer aqui a gentileza do Presidente da Comissão. Sou apenas um dos autores do requerimento, mas como eu tenho um compromisso agora às 13h, S. Ex^a, o Presidente, concordou em me privilegiar com a palavra.

Na verdade, Ministro, eu não teria nenhuma pergunta a V. Ex^a. Primeiro, gostaria de registrar que, desde o primeiro momento em que surgiram esses questionamentos, V. Ex^a se colocou à disposição desta Casa, de vir aqui para prestar todos esses esclarecimentos e foi uma conjunção de líderes de partidos que fizeram a V. Ex^a este convite para aqui estar.

Queria registrar que, na condição de um dos requerentes, sinto-me inteiramente satisfeito com as explicações que V. Ex^a deu aqui, principalmente porque, desde o primeiro momento, coloca todas as coisas do ponto de vista de fatos, de documentos, além da segurança que V. Ex^a demonstrou ao responder as indagações que lhe foram feitas, principalmente as questões que foram colocadas pela mídia, pela oposição, enfim. Quero crer que, com a sua vinda aqui, temos condições de responder, como integrantes do Governo, a todos os questionamentos que foram e serão feitos aqui.

Quero tão somente registrar isso e dizer que o posicionamento da Presidenta Dilma e o posicionamento da Ministra Ideli, com que mantemos essa relação institucional, têm sido o de que é necessário fazer o que V. Ex^a fez hoje, aqui: esclarecer, explicar e não deixar dúvida em relação aos procedimentos que adotou até o presente momento.

Era apenas isso que eu gostaria de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, do PMDB, que também é autor do requerimento. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 12

S. Ex^a não está presente.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

S. Ex^a também não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, do PMDB, também autor do requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, em primeiro lugar, quero registrar aqui o testemunho dos anos em que fomos colegas na Câmara dos Deputados, de que o Ministro Wagner Rossi sempre agiu com absoluta correção, com extrema dedicação, com grande empenho e lisura na missão que o povo paulista lhe havia confiado.

Em segundo lugar, quero enaltecer o fato de o Ministro Wagner Rossi ter se antecipado a uma convocação, ter se colocado à disposição desta Casa, como já o fez na Câmara dos Deputados, trazendo aqui esclarecimentos que mostram a absoluta isenção e a absoluta lisura dos seus procedimentos. Quero registrar esse fato, para enaltecer a atitude republicana e democrática do Ministro.

Também quero alertar esta Casa de que já vi muito homem público ser pré-condenado por ações midiáticas. O exemplo mais marcante é o de um colega nosso que viveu dez anos como morto-vivo até ter sido reconhecida sua inocência. Eu me refiro a um parlamentar que, na minha visão, foi uma das maiores e melhores expressões desta Casa, um parlamentar que era eficiente na articulação, como poucos, no discurso, como poucos, na formulação de projetos, como poucos. Aquele parlamentar sofreu uma pré-condenação e, por força desta pré-condenação, teve de viver na sombra durante dez anos. Eu me refiro ao ex-Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro. Homenageando Ibsen Pinheiro, quero homenagear V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, mais uma vez, quero reiterar o inconformismo da oposição, a quem cabe fazer questionamento, em relação à prática, que não é de V. Ex^a, mas que é da Casa, de se ouvir vários Srs. Senadores e permitir ao Ministro que, depois, faça uma longa exposição da forma que achar conveniente.

Vou procurar ser objetivo e fazer o maior número de perguntas possível ao Ministro Wagner Rossi.

Em sua defesa, especialmente na Câmara dos Deputados, por várias vezes, o senhor acusou Oscar Jucá Neto o único responsável por cometer irregularidades na Conab. O senhor o culpa pelo pagamento feito à empresa Renascença Armazéns Gerais. O senhor afirma que foi responsabilidade exclusiva do Sr. Oscar Jucá Neto, o que acabou ocasionando a sua demissão. Contudo, Sr.



Ministro, a ação proposta pela Renascença teve início em 15 de março de 2000, percorreu o itinerário burocrático jurídico e chegou, em 20 de novembro de 2009, à publicação da sentença, quando o prazo para a Conab recorrer começou a contar; porém, a Conab não recorreu e o processo transitou em julgado, portanto, em 07 de dezembro de 2009. O Presidente da Conab era o senhor.

Por que o senhor não fez nada para impedir? É evidente que, nesse caso, o Oscar não tem culpa. O Presidente da Conab era o Sr. Wagner Rossi. Por que o senhor nada fez para impedir que esse processo transitasse em julgado? Por que, como Presidente da Conab, o senhor não acompanhou um processo que era tão importante para a empresa? Diante disso, quem foi realmente responsável pelo fato?

O Sr. Oscar disse que mandou pagar o valor devido à empresa porque o terreno da Conab estava penhorado. Parece-me que V. Ex^a disse à Câmara que não tinha conhecimento dessa penhora. É estranho que não tenha conhecimento de uma penhora. Nós temos aqui os documentos e podemos afirmar que, de fato, houve a penhora. Nós temos em nosso poder os documentos. O senhor alegou, na Comissão de Agricultura da Câmara, que desconhecia e que iria pedir para que a sua assessoria jurídica desse uma olhada nesse processo.

Diante da existência da penhora, o senhor hoje já divide a culpa pelas irregularidades cometidas na Conab? É outra indagação.

A última petição juntada aos autos pela Conab é a que reconhece o pagamento pela própria e pede o arquivamento do processo. Contudo, há nos autos uma manifestação da AGU no sentido de que o débito deveria ser transformado em precatório, e o pagamento foi efetuado. Não houve o atendimento à solicitação ou recomendação da AGU. Como podemos observar, não houve esforços nem para subscrever uma manifestação da AGU para que o pagamento fosse feito por meio de precatórios. Não houve esforço para impedir que o processo transitasse em julgado no primeiro grau; não houve esforço para impedir que a sede da própria Conab fosse penhorada; não houve esforço nenhum por parte de Presidente ou de qualquer outro funcionário da Conab para acompanhar um processo de tamanha importância para a empresa, cujo Presidente era V. Ex^a.

Quais foram as ações efetuadas? O que foi feito? Como Presidente da Conab, o senhor não tinha responsabilidade em relação às ações impetradas em desfavor da empresa?

Mais uma vez o senhor fala em documentos da licitação do terreno negociado com o Sr. Hanna. Esses documentos o senhor prometeu colocar à disposição dos Deputados e não os colocou, tanto que o PSDB não teve acesso a eles. Então, peço a V. Ex^a que possa deixar para esta Comissão esses documentos.



No depoimento à Comissão de Agricultura da Câmara. V. Ex^a alegou que Oscar Jucá Neto é despreparado, que tenta colocar todo mundo no mesmo saco e que a única irregularidade detectada foi cometida por ele. Mas os fatos revelados pela revista *Veja* e a demissão do seu braço direito, Milton Ortolan, confirmam as denúncias do Sr. Oscar Jucá.

Creio que hoje V. Ex^a tem fatos que justificam, talvez, que V. Ex^a repense as afirmativas feitas à Câmara dos Deputados. Se irregularidades não existissem no Ministério da Agricultura, certamente, o seu braço direito, Milton Ortolan, não seria exonerado. O senhor atribuiu o seu depoimento à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados às acusações do Sr. Oscar Jucá Neto, à irresponsabilidade e ressentimento de um funcionário demitido, mas não anunciou que o processaria por falsas acusações. Isso tem sido uma prática aqui também. Portanto, fica a impressão que o Sr. Oscar Jucá Neto estava prevendo que denúncias ocorreriam no âmbito do Ministério da Agricultura, como ocorreram culminando com a demissão do Sr. Ortolan.

Em depoimento na Comissão de Agricultura também, na semana passada, o senhor colocou a culpa da crise na Conab e, consequentemente, no Ministério da Agricultura, no Sr. Oscar Neto, dizendo que as denúncias eram fruto de rancor causado pela demissão. E durante a sua coletiva na segunda-feira desta semana, disse que as denúncias poderiam ser fruto de disputas de grupos políticos, já que na Conab há diretores de vários partidos – PMDB, PTB e PT – e isso gera foco de problemas. Seria uma estratégia para desvincular a sua figura das supostas irregularidades apontadas na sua Pasta? Esses grupos disputam o quê? Se há disputa desses grupos, o que esses grupos disputam? E quem comanda esses grupos?

O senhor afirmou que não consegue cuidar de tudo, e realmente... O senhor afirmou que não sabia da presença do Sr. Júlio Fróes, acusado de fazer *lobby* dentro do Ministério da Agricultura. Fica difícil entender como é possível a um ministro não saber da existência de alguém instalado em seu ministério com um balcão para realização de negócios. Aliás, uma figura com um prontuário. Uma figura que não tem currículo, mas tem prontuário. Um cidadão que foi preso como traficante de cocaína – é o que a imprensa divulgou – estava dentro do Ministério da Agricultura fazendo negócio, exercitando o *lobby*, o *lobby* ilegal, ilícito, o *lobby* criminoso.

É evidente que o senhor deve escolher para a sua assessoria de frente pessoas da sua confiança. O Ortolan devia ser da sua confiança. Não é possível alguém da sua confiança, V. Ex^a e mais alguém da sua inteira confiança, não saber da presença de um lobista com atividade intensa no âmbito do Ministério da Agricultura.

Pois não. O meu tempo já se esgotou?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Já foram dez minutos. Eu procurei ser paciente para que V. Ex^a pudesse fazer...



O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu vou encerrar, principalmente porque V. Ex^a é um *gentleman* e é um cidadão que representa dois Estados, Rondônia e Paraná, o meu Estado. Por isso, eu encerro o meu questionamento. É claro que temos inúmeras perguntas, mas eu me dou por satisfeito. E se V. Ex^a me permitir depois, se houver necessidade da réplica, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Muito obrigado.

Passo a palavra ao Exmº Sr. Ministro Wagner Rossi.

O SR. WAGNER ROSSI – Agradeço ao nobre Senador Alvaro Dias as suas colocações, que nos permitem avançar na discussão.

As perguntas são muitas e eu vou tentar abordar pontualmente, ponto a ponto, mas estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Em primeiro lugar, o senhor apontou um fato que é muito verdadeiro: a Conab – e eu acabei de citar o caso da Spam, não sei se o senhor estava presente – tem deficiências na área jurídica muito graves. Nós já detectamos isso, fizemos uma série de mudanças, mas ainda não foram suficientes; vamos fazer novas mudanças para aperfeiçoar. E a principal questão, Senador, é que a Conab, infelizmente, por deficiência no seu corpo de procuradores – são poucos para um número aproximado de 9 mil ações em curso –, que tem grandes dificuldades e, por isso, ela contrata, ainda mediante equívoco do Estado brasileiro, escritórios terceirizados, que, em números aproximados, cobravam entre R\$50,00 a R\$80,00 por ação. Ora, é evidente que esse contrato é inexistente e é evidente que haverá deficiências.

Então, quando o senhor diz que a Conab perdeu prazos, ela perdeu prazos em vários processos. Eu não sou procurador, não fui procurador, fui Presidente da Conab e, respeitosamente, eu digo a V. Ex^a que nenhum presidente de empresa acompanha *pari passu* 9 mil ações. Se ele fizer isso, ele não pode as funções que são precípuas. Mas eu tive, sim, muitos cuidados em tomar providências tão logo me chegaram as informações. No caso da Spam, eu pude fazer essa ação muito rápida e eficiente e evitei um prejuízo de R\$150 milhões, que eu espero ter a cobertura, a tutela do Judiciário para garantir que esse golpe contra o Erário não se efetive.

Nesse caso, nós não tivemos a informação suficiente e realmente já fizemos vários procedimentos de responsabilização de escritórios terceirizados, inclusive deste. Agora, isso não é suficiente. No dia de hoje, por ordem da Presidenta Dilma, demos um passo muito importante para eliminação desse tipo de erro que acontecia na Conab: estamos nomeando procuradores da AGU para presidirem a Procuradoria, para serem os procuradores gerais e já temos autorização para abrirmos um novo certame para contratação de advogados, de maneira a que o contencioso da Conab volte a ser feito basicamente e especialmente em ações dessa natureza, não por escritórios terceirizados que



podem ser relapsos, que têm sido relapsos, mas que, ao contrário, garantam a segurança da responsabilidade de um procurador de carreira.

Então, não tiro a razão de V. Ex^a. Realmente, gostaria de ter a capacidade de acompanhar cada prazo e não permitir que fossem perdidos, mas é claro que há uma estrutura administrativa e que isso fica no âmbito dos advogados da Conab e dos escritórios contratados.

Não é verdade que eu disse que não sabia da penhora. Ao contrário, eu até argumentei, disse que o argumento dado na época é que a penhora era feita por R\$15 milhões e que, portanto, a alegação para fazer o pagamento tinha sido a de que podia haver uma adjudicação. Para haver adjudicação, tinha que ter havido penhora. E é claro que isso é um equívoco talvez das pessoas que puderam informar a V. Ex^a, mas entendo perfeitamente a preocupação.

Eu não divido a culpa porque não era competência minha, mas não tiro a responsabilidade de corrigir. E estamos corrigindo, como disse a V. Ex^a, neste momento.

Em todas as ações grandes, nós tentamos fazer com que a AGU entre na lide, na Conab, mas temos grandes dificuldades, de um lado, da disponibilidade, claro, de recursos humanos naquele órgão importante do Governo e, de outro lado, na resistência do Judiciário em aceitar dado a Conab ser uma empresa de capital público, mas é uma empresa, tem uma vida separada da Administração Pública em geral.

A disponibilização dos documentos foi feita, e realmente está V. Ex^a coberta de razão, porque a nossa funcionalidade acabou levando de volta para o Ministério, mas eu estou aqui com os documentos e quero disponibilizá-los, por meio do presidente da Comissão, e, se possível, tirar uma cópia também para a Comissão de Agricultura da Câmara, onde eu quis, sim, disponibilizá-los, para que possam compulsar, e verão que todas as minhas alegações aqui foram baseadas em documentos, com comprovação que aqui estão constantes. Especialmente a questão do terreno, que V. Ex^a vai ver, foi um processo absolutamente correto, embora não tenha sido eu, na época, o presidente da Conab.

Sabe, Senador Alvaro, tenho um respeito muito grande por V. Ex^a. Conheço o trabalho de V. Ex^a no Paraná, compartilhamos algumas vezes, em visitas ao Paraná, a sua dedicação. Agora, às vezes, cada um de nós tem questões de foro íntimo, e cada um de nós é de uma maneira. Eu sou uma pessoa que não sei exercer o ódio no limite. Não tenho ódio nem tenho qualquer questão pessoal com o Sr. Orlando Jucá Neto. Eu o demiti porque minha obrigação funcional era demiti-lo, porque ele cometeu uma infração administrativa grave, e, ao fazê-lo, eu apenas fiz aquilo que me cabia fazer, porque era minha obrigação funcional.

Eu não vou processar o Sr. Jucá, porque não tenho nenhum motivo para agregar à pena que ele já teve de perder o seu cargo ainda um ônus maior. Além disso, confesso: eu tenho um respeito muito grande pelos vínculos



familiares, e eu não quero criar novos e maiores constrangimentos às pessoas que, certamente, ao lado dele, se sentirão ainda mais ameaçadas se assim outras medidas forem tomadas. A obrigação que eu tinha eu cumpri integralmente com exação, ainda que tenha me doído, por motivos que V. Ex^a compreenderá, por serem óbvios.

Eu não disse que não processaria. Eu disse que não tinha, neste momento, nenhum motivo para processá-lo. Eu não tomo essas coisas como pessoais. Aquilo foi uma demonstração, sim, de uma insatisfação pelo que tinha ocorrido. E é mais do que natural que esse sentimento tenha aflorado.

Eu não tento desvincular minha responsabilidade de nada. Ao contrário, Senador, eu tive a honra de, no dia seguinte à primeira reportagem, oficiar ao Senador Presidente da Comissão, colocando-me à disposição para aqui vir tão logo ele assim achasse necessário, e o estou fazendo.

De modo que nós temos... Agora, quando eu disse que não dá para cuidar de tudo, Senador, eu digo que cada cargo tem, obviamente, suas obrigações. Eu não posso assumir a obrigação de compulsar os dados de entrada e saída do prédio do Ministério. As fotografias tiradas daquele senhor que alegadamente é o lobista e que foram tiradas em frente ao Ministério deram-me a oportunidade, sim, de verificar várias coisas que eu deveria ter feito melhor. Por exemplo, um sistema adequado de triagem para o acesso pela entrada privativa. Na verdade, nunca me preocupei com isso. Tenho uma equipe de pessoas maravilhosas que trabalham lá, Senador. Se o senhor teve ocasião de ir ao Ministério, o senhor foi recebido por elas. Não eram pessoas voltadas para uma atitude mais de evitar a entrada de pessoas. Eles são muito acolhedores, talvez tenham tido esse descuido, mas eu não posso assumir a responsabilidade por controlar a portaria. Mas eu dei ordem, sim, para mudar isso, e posso garantir ao senhor que nenhum lobista tinha sala privativa e outras alegações que foram feitas pela reportagem que extrapolam a razoabilidade.

Mas eu mandei investigar. E vou investigar até o fundo todas as alegações da reportagem, inclusive acusações que me parecem não ter verossimilhança. Por exemplo, que havia lá alguns funcionários, que não são identificados, acusados por outro funcionário que perdeu o cargo de terem feito uma distribuição, de terem recebido dinheiro do lobista. Se esse senhor tivesse visto e compartilhado essa cena, sua obrigação funcional seria imediatamente ter denunciado, o que não o fez. Fez no momento em que começou, como eu disse, uma onda de denuncismo. Mas eu vou investigar cada palavra dele, e não serei eu, eu apenas determinei a investigação, pedi a AGU que mandasse advogados da União, com toda a isenção para investigar, e pedi ao Ministro Hage que fizesse a investigação pela AGU, o que está sendo feito.

Tão logo eu tenha informações da investigação completa, trarei a V. Ex^a, com o respeito que tenho pelas suas indagações.



Realmente, a se dar crédito ao que a reportagem indicou, esse senhor – e eu via isso nos jornais – tem aí uma série de atividades anteriores. Mas ele também, o senhor deve ter visto, atua em várias outras áreas governamentais, em vários órgãos e diversas esferas do Poder Público.

A minha assessoria é de pessoas de confiança. O Secretário-Executivo que pediu demissão em caráter irrevogável é de minha confiança, tenho certeza de que será absolvido disso, é de uma ingenuidade absoluta, porque jamais poderia ter conversado com pessoas sem a qualificação adequada. Mas, se sentindo humilhado por isso, pela forma com que essa relação, que foi meramente funcional, de um funcionário do Governo, no cargo de Secretário Executivo, com um representante de uma empresa que estava sendo contratada. Ele não era o representante pessoal da PUC, mas tinha um contrato de prestação de serviços exatamente para fazer o que fez, que era ajustar as condições da contratação da PUC para a prestação de serviços adequados, conforme já mostrei.

Não há ilegalidade nenhuma no contrato, está sendo cumprido, mas eu, preventivamente, suspendi qualquer pagamento desse contrato até o final das investigações pela CGU e pela comissão de sindicância.

Eu quero dizer a V. Ex^a que fiz o meu melhor. Não penso que eu possa ter tido nenhum grau de não ter sido perfeito. A perfeição é um objetivo que a gente deve perseguir sempre, mas é extremamente difícil de se conseguir. No meu caso, as imperfeições são muitas, certamente, mas nenhuma com má fé, nenhuma com ilegalidade e, muito menos, com qualquer coisa que atentasse contra o erário público.

Muito obrigado a V. Ex^as.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – Sr. Presidente, rapidamente, na réplica...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a dispõe de dois minutos para o contraditório.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – Pois não.

Primeiramente, dizer que já estamos acostumados neste Governo a verificar que há um propósito de transferir responsabilidade.

Creio que quem preside um órgão como a Conab, é sim responsável quando, eventualmente, procuradores pedem prazo, não cumpre o seu dever. A responsabilidade tem que ser compartilhada, ou nós vamos implantar um sistema de administração pública absolutamente irresponsável.

A questão que indaguei sobre os grupos não foi respondida. Depois, eu gostaria que se respondesse.

É evidente que o contraditório tem que se estabelecer. Por esta razão, eu comunico à Comissão, à Presidência e ao Ministro que já protocolei requerimento propondo audiência pública para ouvir o Sr. Oscar Jucá Neto, o Sr.



Júlio Fróes, o lobista Júlio Fróes, e o Secretário Ortolan, que pediu demissão. Creio ser da maior oportunidade essa audiência pública para ouvi-los.

E, ao final, dizer também que como nós estamos no Ministério da Agricultura, eu creio que esta ilação é válida: nós não confiamos nas investigações que são realizadas pelos órgãos de controle do Governo. A experiência que temos demonstra que, neste caso, coloca-se o cabrito para cuidar da horta. Nenhuma das investigações realizadas pelos órgãos de fiscalização e controle do Governo culminaram com resultados convincentes. Por isso, estamos encaminhando também, a Oposição nesta Casa e na Câmara dos Deputados, encaminha representação ao Ministério Público para instauração dos procedimentos, a fim de que ocorra a investigação judiciária necessária, em razão de todas as denúncias que envolvem o Ministério da Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WAGNER ROSSI – Sr. Presidente, me permita para rebater, responder duas coisas, Senador, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. WAGNER ROSSI – Primeiro, eu entendo que V. Ex^a tem essa preocupação, compartilho, e acho que é absolutamente necessário que iremos, sim, ao Ministério Público também para a sua investigação. Não compartilho com V. Ex^a da imagem negativa que tem com relação a homens de bem que trabalham na CGU e na AGU. Claro que, quando mais ampla, maior será a investigação.

Quero dizer a V. Ex^a que respondi factual e documentalmente a cada uma das alegações feitas contra o Ministério e a Conab aqui, que os documentos estão à sua disposição. E lamento que seja um hábito tão nosso, brasileiro, de ouvir e fazer as acusações, mas ouvir com ouvidos moucos as respostas, sobretudo aquelas que têm documentos comprobatórios, como é o caso.

Sei que não é o caso de V. Ex^a, que foi muito atencioso comigo, e agradeço a V. Ex^a por isso, mas quero dizer que todos os documentos que comprovam que todas as alegações, salvo essa, que vamos investigar no limite, com a participação do Ministério Público, da CGU, da AGU, com exceção desse caso, que foi uma alegação e vamos investigar, todos os demais estão desmentidos pelos documentos comprobatórios que eu trouxe e que estão à disposição de V. Ex^a.

Quanto aos grupos, o que eu disse foi uma simples constatação de um homem que tem também uma vida pública longa, sem nunca ter tido nenhuma condenação nem uma rejeição de contas por Tribunal, nenhuma situação em que eu tenha ficado sem absoluto respaldo, primeiro, é claro, da minha consciência e de Deus, e, segundo lugar, dos órgãos de controle que sempre acompanharam a cada um de nós em nossas vidas.

Muito bem. Mas há, sim – e me desculpe, Senador, pois o que eu disse foi que, quando há substituição de equipes, há sempre uma tensão, uma



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 20

fricção entre a equipe que sai de cargos que são importantes com a equipe que assume. Foi isso o que eu disse. E no caso, que V. Ex^a sabe, eu tive a honra de contemplar até uma pessoa de sua relação, que é hoje membro da nossa equipe de licitações e que tem sido de uma grande eficiência, tanto que eu relatei aqui várias concorrências que fizemos, diminuindo, muitas vezes, à metade ou 25% os preços que a equipe anterior conseguia. Não é nada mais do que a nossa obrigação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, do PMDB do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Exmº Sr. Ministro Wagner Rossi, primeiramente, é importante destacar a presteza de V. Ex^a em disponibilidade e agilidade em comparecer ao Congresso Nacional, para apresentar quaisquer esclarecimentos quanto a eventuais e supostas irregularidades ocorridas na Pasta.

Na semana passada, V. Ex^a esteve na Câmara dos Deputados e, agora, comparece aqui, no Senado Federal, e se coloca à disposição das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores para todos os esclarecimentos que entendermos necessários.

Eu gostaria de destacar que, em relação ao requerimento assinado por mim, pelos Senadores Renan Calheiros e Luiz Henrique, tratou-se de mera formalidade regimental, Sr. Presidente Acir, para atender ao anseio do Ministro Wagner Rossi em estar presente nesta Casa o quanto antes. E é bom que se destaque isso, Líder Renan Calheiros, porque o PMDB não se furtá, em momento algum, a todos os esclarecimentos que são necessários, para atender ao anseio da sociedade.

Mas eu gostaria de destacar, também, até mesmo são palavras da nossa Presidente da República, Dilma Rousseff, que disse que V. Ex^a, Ministro Wagner, teve a capacidade de unir o agronegócio com a agricultura familiar.

Há pouco eu tive que me ausentar desta reunião para uma rápida audiência com o nosso Presidente Temer e foi ele que me lembrou dessas palavras da Presidenta Dilma.

Parabéns a V. Ex^a que, diante da Pasta tem promovido grandes avanços para o setor no Brasil e no mundo. Inclusive o Brasil bate recordes a cada dia e a agricultura do Brasil é que, na maioria das vezes, suporta as grandes crises do setor internacional. Temos uma representatividade no setor que chega a mais de 20% do PIB nacional e a agricultura vem se colocando como um contraponto para suportarmos as crises em nível internacional, e V. Ex^a, diante da Pasta, tem bem conduzido essas situações. Todavia, Sr. Ministro, recentemente todos nós fomos surpreendidos com as denúncias publicadas na imprensa que apontam eventuais irregularidades nos setores ligados ao Ministério e no próprio Ministério, agora mais recentemente. V. Ex^a já deu suas explicações



sobre os fatos denunciados e as providências tomadas. Penso que os esclarecimentos que já haviam sido dados à Câmara dos Deputados, na semana passada, e, agora, aqui no Senado por V. Ex^a são contundentes e demonstram o seu preparo para o exercício da missão que V. Ex^a possui. De qualquer forma, no intuito de colaborar ainda mais para o aprimoramento dos mecanismos e ação de controle desta Pasta, creio que é possível aproveitarmos essa oportunidade, Ministro Wagner, para modernizar ainda mais o funcionamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dando maior eficiência e agilidade no controle e na transparência.

Sirvo-me, para tanto do relatório encaminhado pelo TCU ao Senado Federal, do qual eu fui relator aqui nesta Comissão, onde, através da 6^a Inspetoria, Secretaria de Controle Externo daquele órgão, tem colocado algumas recomendações ao Ministério da Agricultura e as suas vinculadas. Sei que é um passo importante nessa direção e já foi dado pelo Ministério da Agricultura quando da elaboração da implantação do seu plano de gestão estratégica, cujo objetivo é permitir aos gestores e à sociedade em geral vislumbrarem o futuro das ações governamentais, Sr. Ministro. Sendo assim, gostaria de solicitar a opinião de V. Ex^a sobre as seguintes sugestões que apresento para o melhor funcionamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na administração pública em geral.

Sobre o Plano de Gestão Estratégico do Ministério da Agricultura, embora ainda seja uma iniciativa inovadora na administração pública do Brasil, penso que devemos lutar para assegurar o conhecimento claro dos objetivos do Plano e a projeção dos prazos para o cumprimento das metas estabelecidas. Esta é a primeira questão, Sr. Ministro.

Do ponto de vista operacional, defendo a criação de indicadores de desempenho e de processos objetivos que auxiliem na aferição de resultados na elaboração de diagnósticos, na medição de evolução e na vinculação de cenários transformados pelas políticas do Ministério. Do ponto de vista administrativo, penso que o Ministério deveria estar atento para o mapeamento dos processos para manualização de procedimentos para automatização de rotinas e para padronização de ferramentas de atendimento e fiscalização.

Por fim, em relação ao controle, Ministro Wagner Rossi, peço a reflexão do Ministério da Agricultura para a necessidade de uma sistemática mais efetiva de controle interno no órgão, condizente com o seu orçamento anual e com a complexibilidade de seus processos.

Muito obrigado e boa tarde aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Sérgio.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Ministro Wagner Rossi.



Quero, primeiro, Ministro reafirmar a postura que assumimos aqui como Parlamentares da base do Governo, sempre nessa perspectiva de – e V. Ex^a foi Deputado e sabe muito bem da importância desse papel – nos apresentarmos como homens públicos nas estâncias. Portanto, não há nenhum absurdo em um Ministro de Estado ser convidado, chamado. Eu até diria, na relação patrocinada por V. Ex^a, como ouvi também ontem do Ministro Pedro Novais, que também é nosso colega de Parlamento, o fato de antecipar, dizer: “Olha, tenho que ir. Faz parte desse processo”. Até porque é importante para que V. Ex^a passe para a gente o que efetivamente é possível fazer nessa Conab, no Ministério da Agricultura, numa relação com o seu corpo funcional, de maneira que a gente vá cercando ou tirando qualquer possibilidade de alguns que vão se intrometendo de buscarem extrair vantagens em um processo de relação com a Conab ou com o próprio Ministério.

Acho que isso é fundamental. Eu diria até que V. Ex^a, de forma muito transparente, eu diria até de forma verdadeira, colocava a situação que V. Ex^a se deparou, com uma vantagem, que eu diria a mais. V. Ex^a veio da Conab, portanto, tinha a prerrogativa e as condições, pelo fato de conhecer aquela estrutura, de enfrentar essa questão. Quero registrar que, mesmo que as indicações obedecam à lógica da política, essas indicações têm relações com o partidos, conosco, na medida em que PT, PMDB, PTB tem, nos quadros da direção, figuras que pertencem a esses partidos ou no processo de indicação há uma participação das bancadas ou partidos, no que diz respeito à nomeação para os órgãos. V. Ex^a foi contundente na medida em que algo foi conduzido de forma equivocada e V. Ex^a tomou a medida da exoneração etc.

Acho que é correto quando V. Ex^a faz a plena e total defesa e abre, melhor dizendo, toda a estrutura do Ministério para os órgãos de fiscalização. Acredito eu que essa postura é fundamental para que a gente permita que verdadeiramente a CGU... E aí eu quero corroborar em gênero, número e grau com o que V. Ex^a disse não só sobre a competência, como sobre a qualidade e a forma intensa como a CGU tem atuado nos últimos anos. Como ela tem, de forma muito direta... Apesar de muitos associarem a CGU com o fato de ela ser organismo da estrutura, quero aproveitar aqui para citar o trabalho desenvolvido pelo Controlador-Geral da União, Ministro Jorge Hage, que agiu de forma muito rápida, buscando no Ministério da Agricultura todo o material necessário à apuração.

Eu queria concluir dizendo que V. Ex^a continua tendo o nosso apoio, mas considero importante que V. Ex^a, de forma muito clara e direta, nesta audiência de hoje, continue afirmando quais são os pontos claros de fragilidade que V. Ex^a encontrou nesse processo inicial de relação com a CGU, com a própria comissão de ética e com as instâncias de apuração de fora. Quais são as medidas que o Ministério da Agricultura, além das demissões – porque demissões, como V. Ex^a bem colocou, servem muito mais como satisfação e, mais do que demissões,



precisamos tomar medidas, procedimentos, regras, conceitos, normas, coisas que efetivamente vão se aplicando na esfera pública, para permitir inclusive que os fatos não se repitam e que essas regras nos levem a um processo de resarcimento dos cofres públicos, se encontrados os verdadeiros desvios, e também de correção de rumo, para que não continue a lógica de que se puniu alguém ou coisa do gênero, apesar de a esfera pública ter continuado frágil.

Então, o que eu queria de V. Ex^a era isso. Nesse encontro com a CGU e com outros organismos, como V. Ex^a tem procedido no sentido de estancar, de coibir essas práticas? Qual a garantia que V. Ex^a pode dar ao Senado de que foram adotadas medidas de fiscalização, medidas de acompanhamento e de publicização dos atos dos diretores e dos gestores dos órgãos vinculados ao Ministério? Como V. Ex^a abriu esse debate interno?

Assim, a gente poderá ter a certeza de que vamos continuar contando com esse comprometimento de V. Ex^a com a verdade e, principalmente, com os trabalhos do Ministério, que é o que nos interessa, para que eles continuem fluindo com transparência e com responsabilidade na gestão pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Casildo Maldaner, do PMDB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Anteriormente, foi tomada a decisão plenária de que ouviríamos três Senadores. Como já estamos praticamente no final deste debate, eu gostaria que V. Ex^a submetesse novamente à deliberação o aumento do número de Senadores, para que a lista de ouvidos fosse aumentada. Poderíamos dobrar esse número de três Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se os demais Senadores e Senadoras concordarem com isso, assim o faremos. A cada seis Senadores, faremos uma interpelação ao Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, quantos Senadores ainda vão falar? Há quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se levarmos em conta a lista de inscrição, serão mais dezoito Senadores, mas, pela presença aqui, penso que haverá mais uns oito ou dez Senadores; acredito que será mais ou menos isso.



O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, prezados colegas, imagino o que o Sr. Ministro Wagner Rossi tem passado nestes dias. Deve ter dormido pouco. Mas isso faz parte.

V. Ex^a tem um currículo extraordinário. Conheço V. Ex^a desde os idos em que participei da Câmara dos Deputados, desde aquela época. Fui executivo também em Santa Catarina e sei que não é fácil: depois de se jogar um balaio de penas ao ar, dá um trabalho danado para recolhê-las.

V. Ex^a, com muita maestria, falou dos órgãos do Governo Federal responsáveis por verificarem essa questão aqui e acolá, como a CGU e a AGU, V. Ex^a falou dos órgãos encarregados disso. Até para que haja a credibilidade desses órgãos, isso tem de gerar um resultado. Se esses órgãos institucionais não apresentarem à sociedade algo convincente com certa celeridade, começará a haver, por parte da opinião pública, certo descrédito. E aí eu diria, Ministro Wagner Rossi, que V. Ex^a deveria exigir desses órgãos: “Vamos lá! Vamos informar a sociedade. Vamos trazer isso às claras!”. Isso fica bem para V. Ex^a, fica bem para o importante Ministério que V. Ex^a ocupa – o agronegócio tem uma participação no PIB nacional extraordinária, o que é de muita importância não só para o Brasil, mas também para o mundo – e isso fica bem para o Governo. Desejo que isso avance.

São essas as minhas declarações, comungando com o sofrimento, sem dúvida alguma. Mas espero que as coisas caminhem. Essa tem de ser a nossa luta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, do PP.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente; Sr. Ministro, Wagner Rossi; Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Ministério da Agricultura por este ato, em que recebemos o Ministro Wagner Rossi.

Eu não conhecia pessoalmente o Ministro Wagner Rossi, até porque ele, antes de ser Ministro, ocupava a Presidência da Conab. Mas, pelo trabalho que essa empresa tem desenvolvido no Brasil, com especialidade no controle de preços no que diz respeito aos produtos da agricultura familiar, isso me chamou a atenção no momento em que V. Ex^a foi indicado Ministro da Agricultura.

A agricultura, no Brasil, é o carro-chefe do PIB nacional. E todos nós temos de ter essa consciência; e, se tivermos essa consciência, logicamente que vamos continuar apoiando e fazendo com que as coisas possam acontecer dentro do Ministério da Agricultura, que é o vetor de todo esse empreendimento. No momento das vacas magras neste País, quem agüentou o tranco, numa linguagem até certo ponto popular, foi o Ministério da Agricultura, foi a agricultura brasileira, que, na verdade, tem uma extraordinária expressão.



Estou aqui ao lado de um dos maiores produtores de soja do mundo, através de uma agricultura técnica que ele, com a sua capacidade de trabalho, de organização empresarial, comanda. Isso realmente dá muita ênfase a todos nós e ao Brasil fora do nosso território.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero, nesta oportunidade, prestar não a minha solidariedade, mas o meu apoio e, logicamente, o apoio do meu partido às ações que o senhor está desenvolvendo e venha a desenvolver à frente do Ministério da Agricultura, para que possamos ter uma agricultura mais pujante, uma agricultura mais produtiva, uma agricultura que tenha, na verdade, um aumento nos seus números no que diz respeito ao PIB interno

A exposição de motivos trazida por V. Ex^a a esta Casa, como fez na Câmara, para mim, por exemplo, deixou-me absolutamente convencido de que o senhor não está lá para fazer negócios nem tampouco para admitir que ali se forme um balcão de negócios. O senhor está lá para tocar as ações do Governo no que diz respeito à agricultura brasileira, e isso, realmente, é muito importante, porque V. Ex^a tem experiência, conhece a matéria, conhece a casa e conhece o produto que deverá ser levado para o Brasil e para fora dele.

Para não me alongar mais, Ministro, pois estou convencido do trabalho responsável e competente que V. Ex^a faz, evidente que não podemos ficar alheios nem tampouco ficarmos fora do processo dos holofotes, porque é muito importante para o Brasil que nós tenhamos capacidade de produzir, o que, muitas vezes, não agrada a muitos que procuram, de qualquer forma, terminar um trabalho que está sendo feito com responsabilidade, com competência e, acima de tudo, com muito cuidado.

Eu sou de uma região, o Nordeste, que passa por uma dificuldade no que diz respeito à febre aftosa. Vamos tratar agora de assuntos que têm muito mais importância para o País do que muitas vezes essas questiúnculas, essas denúncias que o senhor já provou que não passam de factóides.

Por isso, Sr. Ministro, para encerrar, eu queria dizer a V. Ex^a que o Nordeste tem dois Estados que estão livres da aftosa, com vacinação, e tem sete que estão trabalhando para que se tornem também livres. Assim, eu gostaria de saber de V. Ex^a quais as ações que estão sendo praticadas pelo Ministério para que a gente possa ter um Brasil uniforme, onde o Nordeste possa se juntar ao Norte, ao Sul e ao Sudeste e possamos fazer uma agricultura mais ajustada no que diz respeito à produção de carne bovina, de que somos o maior exportador do mundo.

Então, isso nos interessa; E queria saber exatamente de V. Ex^a, para encerrar, como uma pergunta que lhe faço, quais as ações que o Ministério está desenvolvendo para que a gente possa ter isso no menor espaço de tempo possível, se no conjunto ou se quem estiver fazendo o dever de casa o Ministério poderá dar a carta de alforria.



Muito obrigado, meus parabéns e conte com o meu partido aqui na Casa apoiando as ações do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra, o Senador Blairo Maggi, do PR de Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR - MT) – Cumprimento nosso Presidente, Acir, cumprimento o nosso Ministro da Agricultura, Wagner Rossi,

Eu também gostaria de não me alongar muito, mas preciso dizer que as tarefas do Ministério da Agricultura vão muito além da administração do dia a dia da Conab e de tantas outras atividades que são levantadas. Eu gostaria de dar um testemunho da forma como o Ministro Wagner Rossi vem tratando as questões agrícolas o País.

Todos sabemos que quem produz é o agricultor, e o agricultor precisa de conhecimento tecnológico, de financiamento, Sabemos também que as duas coisas estão intimamente ligadas com a produtividade no final, mas que, se não tivermos um Ministério da Agricultura para fazer a política de aproximação entre a pesquisa e o dinheiro necessário para a produção, não vamos alugar algum. Sei, Ministro Wagner Rossi, que uma das tarefas que a Presidenta Dilma lhe concedeu ou lhe pediu, quando V. Ex^a assumiu o Ministério, foi a de fazer do Ministério da Agricultura algo moderno e eficiente, como é a agricultura brasileira neste momento, ou seja, reconhecida no mundo inteiro como uma agricultura pujante, competitiva e que alimenta mais de 150 países e ainda dá conta de produzir alimentos para todos nós, 180 milhões de habitantes.

Tenho acompanhado de perto as ações do Ministério da Agricultura no que diz respeito a mecanismos de comercialização. V. Ex^a tem conduzido o Ministério, juntamente com aqueles que lá estão, de forma brilhante. Sei dos esforços que V. Ex^a está fazendo junto à câmara de algodão, milho, câmara de soja, de buscarmos novos mecanismos de comercialização. Sei que o pessoal do algodão está indo com os senhores – ou já foram – conhecer o que se faz no México na questão de dar proteção ao mercado, ou melhor, a proteção para o produtor frente ao mercado, porque não interessa ao Brasil, não interessa a ninguém o fato de termos uma agricultura fraca. Não interessa ter produtores que não consigam arrecadar, ou melhor, que não consigam ter renda suficiente para bancar e pagar seus compromissos no ano seguinte. Caso isso venha acontecer – e isso já aconteceu – logo na frente, vem de novo o Governo, que é a sociedade, pagar uma conta que muitos reclamam que não é dele. De fato, não é, mas se torna pública, porque, muitas vezes, o setor da agricultura, o Ministério da Agricultura, que é quem tem que elaborar as regras e propor as formas de comercialização, ele não se mexe, e acaba estourando nas mãos de todos.

Então, V. Ex^a tem feito um trabalho nessa área, cumprimento-o por isso. Quero dizer, com respeito à Conab, o seguinte: eu, como governador do meu Estado por dois mandatos – aliás, o saudoso ex-governador, Dante de Oliveira, já



falecido, vinha tentando cobrar uma conta da Conab que já ultrapassa, talvez, duzentos milhões de reais – não consegui cobrar. Ele também não conseguiu, e eu passei os dois mandatos tentando conseguir e agora, o Governador Silval Barbosa continua brigando na CGU, AGU, é com o Ministro, é na Conab, mas não conseguimos cobrar a conta de forma administrativa, que é uma conta de pagamento de impostos.

Então, imagino que, se a Conab tão dificilmente paga as contas para o Estado, mais difícil será para pagar as outras contas. Gostaria, portanto, de propor a V. Ex^a que desse atenção especial a essa conta e à questão do Estado de Mato Grosso para ver se conseguimos resolver esse assunto. No mais, quero cumprimentar mais uma vez V. Ex^a e cumprimentar todos aqueles que trabalham no Ministério da Agricultura. Conheço a grande maioria e sei da dedicação, sei do empenho com que trabalham para levar a agricultura da forma como estamos levando. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Passo a palavra agora ao Senador Demóstenes Torres, do Democratas de Goiás.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, eu só tenho três perguntas a fazer a V. Ex^a: uma, na mesma direção do Senador Blairo Maggi... Não sei se foi fogo amigo... (*Risos.*)

Mas há uma acusação da revista *Veja* justamente de facilitação... Não vou nem dizer facilitação. As empresas que se dispusessem a pagar, na expressão da revista, 15% de propina para a liberação de seus pagamentos de processos seriam beneficiadas.

Então, também a mesma revista acusa o Sr. Alexandre Aguiar, que é ex-presidente da Conab, de ser o chefe deste esquema: de uma empresa só, a SPAM, ela ter tentado extorquir R\$22 milhões, ele ou o grupo dele, numa dívida de R\$150 milhões. E a notícia também é de que ele, hoje, é assessor especial de V. Ex^a. Então, eu queria indagar a V. Ex^a se tomou alguma providência. Ele continua assessor de V. Ex^a? Quais as providências em relação ao Sr. Alexandre Aguiar?

O jornal *Folha de S. Paulo* trouxe ontem a notícia de que a filha do lobista Fróes, Nayara Paes, trabalha lá no Ministério de V. Ex^a, na Ouvidoria. E eu perguntaria a V. Ex^a qual é o trâmite para contratação, se V. Ex^a sabe quem indicou, se o Ministro tem alguma participação em encaminhar ofício à Presidência ou ao Gabinete Civil pedindo, enfim, quem contratou, quem indicou, quem nomeou essa senhora e a partir de que data.

E uma última pergunta, também oriunda do noticiário de hoje do jornal *O Estado de S. Paulo*, que diz que a Presidente da República determinou uma faxina na Conab. Primeiro, quero indagar de V. Ex^a se concorda com a Presidente, se lá realmente precisa de uma faxina; segundo, se precisa e se foi



determinada, se é V. Ex^a que vai fazer essa faxina ou se é a Presidente; e, terceiro, se concorda e vai fazer, quais as áreas que V. Ex^a vai mudar, quais os cargos que V. Ex^a vai tirar da Conab, quais as pessoas que serão substituídas.

Só isso, Sr. Ministro. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Demóstenes.

Passo a palavra ao Ministro Wagner Rossi para fazer suas colocações.

O SR. WAGNER ROSSI – Com muito prazer.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os Senadores que já se manifestaram, o Senador Humberto Costa, o Senador Luiz Henrique, o Senador Sérgio Souza, o Senador Walter Pinheiro, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Benedito de Lira, o Senador Blairo Maggi, que é, claro, uma referência nacional no agronegócio e é um dos homens mais experientes e que mais conhece esse setor, e o Senador Demóstenes Torres, que é um representante do Estado de Goiás, um Estado de extraordinário potencial, porque tem uma variedade de culturas admirável – e o Senador tem sempre se manifestado em relação aos interesses do agronegócio de Goiás.

Vou responder pontualmente a todos e terminarei pelo Senador Demóstenes, que foi com perguntas mais...

Em primeiro lugar, o Senador Sérgio fez sugestões muito importantes que nós tomaremos em conta.

O senhor sabe, Senador Sérgio Souza, que o Tribunal de Contas tem, e a CGU também tem, um processo de análise das atividades dos vários setores públicos e tal e, nos seus relatórios, fazem recomendações importantes. Algumas que o senhor colocou são de grande importância, nós certamente vamos levar em conta. E agradeço a V. Ex^a esse interesse.

O Senador Walter Pinheiro nos deu também importantes chaves de que não adianta só tomar providências eliminando pessoas, mas é mais importante que aqueles canais pelos quais eventuais irregularidades possam ocorrer sejam sanados. E a gente está num esforço muito grande nesse sentido e, certamente, vamos ter avanços, que eu até poderei sumarizar na resposta que vou dar ao nobre Senador Demóstenes Torres.

Ao Casildo Maldaner agradeço as expressões.

Quero dar uma resposta ao Senador Benedito de Lira com a maior alegria e respeito, não só por V. Ex^a, por quem tenho grande admiração, mas pelo povo nordestino. Porque o Nordeste tem uma parte deste País tão extraordinária e está com níveis de desenvolvimento mais do que proporcionais ao restante do País, inclusive na área de atividade agrícola e pecuária. E eu quero dar a V. Ex^a uma notícia, que certamente será compartilhada por todos os Senadores que aqui representam a região nordestina, de que nós estamos tomando todas as providências, junto aos governos estaduais, nós liberamos convênios de bastante



expressão para todo o País, é claro, mas particularmente para todo o Nordeste. Nós estamos caminhando para, em novembro, declarar, se Deus nos permitir, o Nordeste brasileiro livre de aftosa com vacinação. Isso será uma grande conquista do povo nordestino, sobretudo os seus criadores e aqueles que vivem da criação de gado leiteiro e também de gado de corte.

O Senador Blairo realmente levantou questões da maior relevância e a primeira questão é sobre essa tragédia das contas da Conab, que, por motivos que vêm já de muito tempo, têm sido às vezes postergadas, até mais do que seria razoável.

O senhor sabe, com V. Ex^a ainda no governo do Estado, nós fizemos um esforço grande para tentar fazer a finalização do acordo Conab-Mato Grosso. Não conseguimos, mas continuamos, sim, desde aquela época e agora com o Governador Silval, tentando efetivá-lo. Espero que nós tenhamos sucesso neste novo termo, e eu estarei empenhado nisso, sem dúvida. E agradeço a V. Ex^a também as palavras dirigidas à nossa equipe, que é realmente uma equipe de grande capacidade técnica, de grande motivação, porque o agronegócio brasileiro é o que tem mantido este País de pé, e mais ainda quando se avizinham condições de dificuldades, sobretudo ligadas à crise financeira internacional. O fato de o Brasil ser um grande produtor de alimentos será o esteio que segurará, certamente, os efeitos da crise mundial num nível menos agressivo para com o povo brasileiro. Isso é fruto da evolução, do nível de desenvolvimento da agricultura e da pecuária brasileira.

Quero também dizer uma palavra de agradecimento ao Senador Demóstenes Torres pela sua arguição e quero respondê-lo pontualmente.

Eu tive ocasião de dizer que, no caso da Spam, Senador Demóstenes, nós comprovamos, e temos todos os documentos aqui, que houve uma coisa gravíssima, que foi um conluio entre um procurador da Conab e os advogados da empresa que demandava a Conab. Isso se comprovou porque esse procurador, cujo nome eu citei e que está aqui nos documentos, na verdade, fez advocacia administrativa para a empresa e contra a Conab. Nós detectamos isso e levamos ao Judiciário solicitando, numa ação anulatória, que anulássemos a sentença que foi obtida com esse conluio. E temos uma grande esperança que o Judiciário nos contemple com essa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E quando foi ajuizada essa ação?

O SR. WAGNER ROSSI – Em 1987, a primeira...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A anulação.

O SR. WAGNER ROSSI – A anulação já está há bastante tempo agora. Dois anos atrás, mais ou menos, quando eu era presidente da Conab.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. WAGNER ROSSI – E aí eu tenho que dizer uma palavra para V. Ex^a em defesa do Alexandre Aguiar. Por quê? O senhor verá pelos documentos



que eu tomei a decisão porque fui informado pelo nosso jurídico dessas circunstâncias. Aí nós fomos atrás e tivemos a felicidade – o senhor vê que quem tenta fazer um malfeito, às vezes, deixa marcas muito fortes; o senhor que tem uma grande experiência como Procurador de Justiça, eles fizeram um conluio e foi tão grave que eles brigaram depois de terem feito o conluio e fizeram ações um contra o outro querendo cobrar a sua parte no butim. E tivemos a felicidade que, nessa briga, eles também fizeram boletins policiais e aí tivemos condições de provar. Isso está ainda no Judiciário. Como eu disse, nós temos uma sensação de que o Judiciário brasileiro não vai deixar de nos contemplar em defesa do Erário público.

Então, o Dr. Alexandre, quando foi presidente, como o senhor vai ver, encaminhou, até porque estava me substituindo naquele momento na presidência, ao Ministro do Supremo Tribunal, quando estava no exercício da Advocacia Geral da União, pedindo a entrada da AGU na ação em defesa da Conab, porque nós estávamos tendo dificuldades graves naquele momento. E também oficiamos ao também Procurador da Fazenda Nacional, o hoje Ministro da AGU, Luís Inácio Adams, e aí o senhor verá que foi tudo...por isso expressei um sentimento de certa frustração porque quando nós tomamos todas as medidas, foram esses conluaram em detrimento do interesse, com a intenção de lesar o patrimônio público e que denunciaram ao contrário que alguém teria pedido a eles...

Nós estamos em plena ação anulatória da sentença. Fica total inverossímil que alguém pudesse propor porque seria um escândalo tão grande. Se eu quero derrubar uma sentença porque ela foi conseguida com atos ilícitos, nesse conluio abominável, como é que alguém na Conab poderia querer e nem teria como fazer...

Eles realmente foram pegos com a boca na botija e aí, confrontados pela Conab, foram agora para uma forra, porque iniciou-se esse denuncismo. Como eu tentei aqui demonstrar, com todos os documentos, cada caso tem uma motivação que não é a motivação real de interesse público.

Espero ter atendido a V. Ex^a nesse caso.

No caso da filha do lobista, realmente uma empresa terceirizada que trabalha para o MAPA contratou essa moça. Eu não sabia, confesso. Nunca vi esse lobista na minha vida ou pelo menos disseram que uma vez eu o cumprimentei junto com os professores da PUC. A revista fez até a gentileza de mandar uma fotografia. Porque eles me perguntaram e eu disse que não tinha a menor ideia de quem fosse. Então eles me mandaram a fotografia para que eu reconhecesse. O jornalista foi muito atencioso, mandou e eu disse: "Não conheço." Alguém me disse que eu teria cumprimentado ele uma vez numa circunstância, como eu cumprimento centenas de pessoas, porque o Ministério, graças a Deus, é muito demandado, é muito visitado por toda sorte de produtores, de entidades, de pessoas representativas de entidades; então, eu cumprimento



muita gente; prefeitos, parlamentares, Senadores e Deputados levam grupos grandes; então, aquilo é um movimento grande e suponho que isso tenha um sentido de trabalho, na verdade.

Realmente houve esse caso e confesso que lamentei profundamente isso, não pela pessoa, porque, claro, ninguém pode ser discriminado por ser filho de quem quer que seja, mas porque mostra uma proximidade desse senhor com algumas área lá. E eu estou tomando providências nessa investigação muito forte que estamos fazendo, não com pessoal nosso, nós queremos isenção, pedimos a advogados da União que fossem fazer parte da comissão de sindicância e pedimos, por minha iniciativa, ao Ministro Jorge Hage que ele fizesse uma grande investigação. E assim já começou, já requisitou o computador de todos os eventualmente relacionados com as áreas em que a investigação se dará. E nós queremos que isso seja feito no limite da lei. Eu tomarei todas as providências, pode V. Ex^a ficar assegurado de que vamos agir com o maior rigor.

Finalmente, sobre a sua terceira pergunta, a Presidente Dilma tem todo o interesse em que as incorreções que eventualmente ocorram sejam corrigidas. Ela nos deu força, sim, total para fazermos, mas nós não vamos fazer nada que não seja absolutamente necessário. A Conab tem um número enorme de funcionários de carreira, de altíssimo nível de preparo; eu fui presidente por três anos e, durante os três anos, nunca tive, na diretoria colegiada, um voto divergente; mas, infelizmente, neste momento, houve certa dificuldade de se estabelecer uma unidade na diretoria para que ela levasse essa tarefa ingente que é cumprir as finalidades da Conab para frente.

Então, haverá mudanças. Nós não definimos ainda as mudanças, mas uma que vai acontecer, eu posso assegurar ao senhor, é que nós vamos mudar totalmente a estrutura jurídica. O jurídico da Conab tem que ser refeito, para se dar aos procuradores de carreira uma responsabilidade com o contencioso da empresa, que hoje, infelizmente, é feito com escritórios terceirizados, que têm levado a perdas seguidas de ações, muitas vezes de maneira irresponsável, embora todas as vezes a gente mande responsabilizar. Mas a responsabilização de um escritório de advocacia terceirizado é extremamente difícil. Há um *esprit de corps*, há uma série de circunstâncias que nos têm dificultado bastante a responsabilidade desses escritórios.

Por isso, dentro de uma perspectiva de dar à Conab uma segurança jurídica, uma defesa competente e, sobretudo, empenhada, vamos abrir um concurso e vamos contratar advogados, porque a Conab tem 9 mil ações no Brasil inteiro, e é tal o volume de trabalho jurídico que ela acabou terceirizando em todo o País, com severas perdas.

Então, começaremos por essa área, mas haverá mudanças também na diretoria, e certamente vamos procurar que as pessoas que lá estejam sejam não só preparadas, vocacionadas, mas empenhadas no melhor destino para essa companhia e essa atividade tão nobre.



O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se eu entendi a resposta de V. Ex^a, a Presidente incumbiu V. Ex^a, ou seja, reforçou a autoridade de V. Ex^a...

O SR. WAGNER ROSSI – É verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – ...para promover o que ela chama de faxina?

O SR. WAGNER ROSSI – Na verdade, essa foi uma linguagem jornalística, uma liberdade, vamos dizer, da imprensa, que é mais do que natural. Mas ela não falou nesses termos, mas me disse, sim, que, em função de tudo o que eu tinha relatado a ela, ela queria que eu tomasse atitudes muito fortes e que fossem feitas independentemente de qualquer tipo de limitação política. Claro que conversando com as forças políticas, respeitando as forças políticas, mas focando grandemente na competência pessoal daqueles que pudessem desempenhar essas funções.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra agora o Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Wagner Rossi, antes de mais nada, quero comunicar a esta Comissão que estamos satisfeitos, absolutamente satisfeitos, com o desempenho do Ministro Wagner Rossi nesta Comissão. A exemplo do que fez na semana que passou na Câmara dos Deputados, V. Ex^a hoje, no Senado Federal, nos dá sobretudo uma oportunidade para que tenhamos as respostas que esta Casa, em todos os momentos, desejou, torceu que fossem dadas por V. Ex^a.

V. Ex^a caracteriza, nesse episódio, um caso assim único, praticamente único, porque V. Ex^a se antecipou, em todos os momentos, a todos os fatos. Comunicou a quem deveria comunicar, tomou providências, pediu investigação e, portanto, vem ao Senado Federal com a condição de quem fez isso para o bem do serviço público e para a transparência verdadeira da sua gestão no Ministério da Agricultura.

Queria dizer que, por tudo isso, o PMDB está absolutamente solidário com V. Ex^a. V. Ex^a conta com o apoio do partido. O que for preciso fazer para, em solidariedade a V. Ex^a, em apoio a V. Ex^a, ajudá-lo no sentido de dar essas respostas que convencem verdadeiramente o Senado Federal como um todo, como já convenceram a Câmara dos Deputados. V. Ex^a faz, no Ministério da Agricultura, um grande trabalho; V. Ex^a é, sem dúvida nenhuma, um dos melhores ministros dos últimos tempos no Brasil. Há pouco, o Senador Blairo Maggi fez questão de dizer isso aqui. De modo que a agricultura está muito agradecida a V. Ex^a, e todos nós estamos felizes e satisfeitos com essa oportunidade, com as respostas, com as verdades, com os documentos, com as informações que V. Ex^a pôde nos trazer.



Muito obrigado. Cumprimento V. Ex^a por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra, agora, à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, caro Ministro Wagner Rossi, eu queria cumprimentá-lo pelo tempo que dispôs aqui ao Senadores para esta audiência que pretende esclarecer, e essa é uma responsabilidade, política, constitucional e até institucional.

Eu queria saber, Sr. Ministro, objetivamente, porque já o senhor deve estar cansado e nós, os Senadores, estamos trabalhando também, até por um curiosidade jornalística, se o Ministro de Estado, hoje, com um cargo tão importante, não dispõe de algum mecanismo de inteligência para auxiliá-lo. Em caso positivo, eu gostaria de saber se não houve, de parte desse serviço de inteligência, um alerta para dizer que havia algo que não estava bem ali. E, se não há esse serviço de inteligência, eficiente e técnico, claro, não para bisbilhotar a vida de ninguém, mas um serviço de inteligência como há nos países avançados, se não seria o caso de esse serviço de inteligência ser criado como um mecanismo de proteção a esses eventos que são tão desgastantes, como o senhor aqui disse.

O senhor, ao responder aqui à pergunta de um Senador, disse que a motivação que levou a uma denúncia de tamanha gravidade não é uma motivação ética, não é essa a motivação real, é outra a motivação; Eu queria saber qual a motivação, na sua visão, desse tipo de coisa.

E uma questão final – eram apenas duas questões – é a seguinte: a gente percebe que o Ministro, hoje, não tem autonomia política para escolher, digamos, os seus “subordinados”, diretores das autarquias subordinadas ao Ministério. E, ao não ter essa autonomia, não é viável que aconteça, às vezes, por desentendimentos partidários ou nessa composição, o chamado “fogo amigo”? E, aí, Ministro, cria-se um clima pouco amistoso e até belicoso internamente, gerando todas essas questões.

Ainda, para finalizar, o Senador Renan Calheiros fez agora uma referência ao seu trabalho no comando do Ministério, e eu, como Senadora pelo Rio Grande do Sul, um Estado que tem na agricultura uma situação muito importante na composição do seu produto interno bruto, queria lhe fazer dois pedidos: um empenho nessa questão do embargo russo à carne suína; outro, um empenho também pessoal de V. Ex^a, se possível, em relação ao Código Florestal que está em tramitação nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra agora ao Senador Waldemir Moka, do PMDB do Mato Grosso...



O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente. Esse pessoal do Mato Grosso, como o Blairo Maggi, gostaria de pertencer ao Mato Grosso do Sul.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não me provoque, Senador. (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria, rapidamente, Sr. Presidente, dizer o seguinte: conheço o Ministro Wagner Rossi da época de Deputado Federal na Câmara dos Deputados. Conheço o seu trabalho, conheço a sua administração no Ministério da Agricultura. Então, comentava com o Blairo e com outros amigos, que para mim, particularmente, V. Ex^a se antecipou a todos os fatos. E acho importante e fundamental quando o ministro tem esta postura: “Vou à Câmara”. E, no caso do Senado, o Senador Sérgio Souza já disse, pediu para fizéssemos o requerimento. A autoria do requerimento não é só da oposição, aliás, assinaram os integrantes do partido, tal era a disposição do Ministro Wagner Rossi de vir prestar os esclarecimentos. E veio, esclareceu todas as questões, não escamoteou nenhuma pergunta feita, respondeu da forma mais direta possível todos os questionamentos.

Ministro Wagner Rossi, eu quero dizer a V. Ex^a – e já disse o Senador Renan – que é importante a sua vinda aqui, importantes os esclarecimentos, e é claro que é assim que tem que funcionar, democraticamente, essa relação do Executivo com o Legislativo. V. Ex^a cumpriu a sua obrigação constitucional, veio dar os esclarecimentos, e eu, da minha parte, quero me solidarizar e dizer que V. Ex^a tem o apoio do nosso partido e, especialmente o meu apoio pessoal, no sentido de que esclarecer, porque quero ajudar a fazer com que o Ministério da Agricultura, passado isso, possa continuar resolvendo todas as demandas.

E aí, meu caro Presidente, quero chamar a atenção: num momento difícil por que a economia passa, nós vamos ter nas *commodities* exatamente a alternativa para que possamos continuar. E quero dizer, mais uma vez, para reforçar, que este País só tem superávit positivo em função da força do agronegócio. Nos anos anteriores, dos R\$20 bilhões de superávit comercial, o agronegócio é responsável por R\$60 bilhões, o que subtrai o déficit de R\$40 bilhões de todos os outros segmentos e dá ainda um lucro de R\$20 bilhões.

Então, eu acho que V. Ex^a tem que dar os esclarecimentos, mas nós temos que, o mais rápido possível, tirar o foco do ministério, desse tipo; não que não seja importante, é fundamental, pois não adianta também funcionar como avestruz, escondendo a cabeça e ficando com o corpo para fora. Por isso é fundamental a presença de V. Ex^a. Mas, passado isso, nós, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, do Rio Grande, do Paraná, de Rondônia, enfim, de todos os Estados, queremos ver o Ministério da Agricultura ajudando a criar, a aumentar esse esforço, para que continuemos com a balança comercial positiva, que vai ser fundamental neste momento da economia mundial.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Sr. Vice-Presidente Moka, Sr. Ministro da Agricultura Wagner Rossi, Srs e Srs. Senadores, eu, da mesma forma e na mesma linha do Senador Renan, líder da nossa bancada no Senado, sinto-me contemplado com os esclarecimentos do Ministro. Nunca tive dúvida da lisura, da integridade, do ser humano, acima de tudo, que é o Ministro Wagner Rossi, da responsabilidade que tem com o País. E não haveria nenhum fundamento de alguma suspeição com o nome do nosso querido Ministro, que, pelo que aqui relatou, sempre foi muito rápido em pedir a apuração de tudo aquilo que foi apontado de irregularidades.

De forma que eu quero que o Ministro Wagner Rossi continue trabalhando firme para aumentar nossa produção, o Brasil precisa contribuir com 50% do aumento do consumo de alimentos do mundo – e o Brasil tem potencial para isso, para contribuir com 50% da demanda exigida daqui para frente para combater a fome no mundo.

Eu estive, recentemente, Ministro, em três países africanos, há duas semanas, estive em feiras do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria e Comércio, das federações de indústrias do Estado de São Paulo, de Santa Catarina, de Minas Gerais, do meu Estado de Rondônia, em Joanesburgo na África, em Maputo, em Moçambique, em Luanda, em Angola – esses dois últimos países, que falam a nossa língua, fiquei muito triste de ver lá a pobreza extrema, fome no campo. Moçambique tem 70% dos 21 milhões de habitantes morando no campo e passando fome.

A Embrapa já esteve lá, a CNA já esteve lá recentemente, oferecendo apoio e tecnologias nessa área da agricultura e do agronegócio para ajudar aquele país. E em Angola não é diferente; se não bastasse a dificuldade de 30 anos de guerra civil, que terminou recentemente, existe uma mina explosiva para cada habitante em Angola. Angola tem 11 milhões de habitantes e 11 milhões de minas. Devido a guerra civil, 6 milhões de habitantes saíram do campo e vieram para Luanda, e vieram em condições subumana. Eu não conheço, graças a Deus, aqui em nosso País, nenhuma favela no Rio de Janeiro, São Paulo ou qualquer cidade brasileira, que se assemelhe às condições que está vivendo a população de Luanda em Angola.

Então, é importante que o Brasil possa, além de suprir – e eu ouvi um relato muito importante do representante de um sindicato lá em Maputo, Moçambique, que disse: “Nós gostaríamos que o Brasil nos ajudasse porque o prato do Brasil já está cheio e o nosso está vazio.” Pedindo como se o Brasil pudesse fornecer pelo menos tecnologia para produzir alimentos, que é o que eles estão mais precisando neste momento. Acho que o Brasil pode, além de aumentar



a produção aqui no nosso País, ainda ajudar esses países pobres, principalmente da África, que estão precisando. Mais de 20 milhões de africanos estão passando fome neste momento, sem que as organizações sociais possam também suprir com alimentos.

A FAO está muito preocupada com isso. Hoje a FAO é dirigida por um brasileiro, o José Graziano e que espera do Brasil uma resposta para ajudar esses outros países.

Sr. Ministro, eu falei e até me pediram para que não falasse mais sobre esse assunto, mas eu vi pelo seu relato que a Conab é uma empresa um tanto separada do Ministério. Então, a gestão fica um pouco distante. E nos Estados e até no País muitos órgãos já foram extintos. O IBC (Instituto Brasileiro do Café)...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu pediria mais um ou dois minutos.

O Instituto Brasileiro do Café foi extinto porque perdeu a sua função. A Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento) também foi extinta porque perdeu a sua função. Eu fui Governador e, nos Estados, havia uma companhia de armazenagem chamada Cagero, que também foi extinta porque perdeu sua função.

E eu vejo que centenas ou milhares de ações contra a Conab, algumas de até 200 milhões, como falou o Senador Blairo Maggi, se a Conab fosse uma empresa privada, ela estaria quebrada há muito tempo, ela já não existiria mais. Eu tenho certeza de que ela é uma empresa importante para a regular o mercado, mas, na área de abastecimento, eu vejo lá no meu Estado que a Conab compra feijão. É importante essa compra de feijão dos produtores. E distribui, não através do bolsa família; distribui com o cadastro das prefeituras. Ela está sobrepondo a um atendimento que o bolsa família já faz.

Será que de repente a mesma função da Conab não poderia ser feita dentro de um departamento do Ministério da Agricultura, ficando mais próximo do Ministro, para que o Ministro possa ter os olhos voltados mais para essas ações da Conab. Pelo que eu vejo, ela está mal assistida juridicamente, está endividada, tem milhares de ações, que poderão aumentar ainda esse endividamento. Então, eu vejo que tem que se fazer alguma coisa para salvar essa área da Conab.

Era só essa consideração. No mais, me considero tranquilamente satisfeito e parabenizo V. Ex^a pelo depoimento. Sucesso e que Deus possa lhe abençoar sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Com a palavra, agora, o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, estamos chegando ao final deste debate que foi cumprido



religiosamente por V. Ex^a, atendendo a um apelo da Casa para que viesse aqui prestar todos os esclarecimentos necessários em relação aos fatos que foram motivo de publicação e denúncia na imprensa do Brasil.

Sabemos que, em todos os setores da vida pública do Brasil, ocorrem, neste ou naquele lugar, alguma irregularidade. E, às vezes, a autoridade é acusada e, como todo ser humano, tem o direito do contraditório, da ampla defesa e de mostrar, por A mais B, que agiu corretamente no exercício de suas funções.

Logicamente que, com relação à política, tudo ocorre de forma diferente como ocorre no Direito. No Direito, cabe a prova a quem acusa, quer dizer, o ônus da prova pertence a quem acusa. Já no caso político, o ônus da prova tem que ser do acusado. É como antigamente se dizia, na época de Júlio César; dizia-se que a mulher de César não tinha de ser apenas honesta; tinha de parecer honesta. O político também. Não basta que seja honesto, como sei que V. Ex^a o é; tem que parecer. E esse demonstrativo tem que ser operacionalizado através disso que estamos fazendo, um debate construtivo, esclarecedor, onde todas as dúvidas sejam dirimidas. E V. Ex^a entrou em profundidade nas ações do seu Ministério e também da Conab, demonstrando as providências que foram tomadas para coibir os abusos e excessos que foram cometidos ou que estavam prestes a ser cometidos.

Quero crer que os Ministérios, da forma como são organizados no Brasil, poderiam ter uma melhor *performance* e poderiam evitar a eclosão de escândalos e irregularidades se tivéssemos uma carreira em cada Ministério, como acontece em outros países, onde os cargos em comissão são raros, são exceções. Somente a cúpula administrativa dos órgãos superiores é que é composta por cargos em comissão. A grande maioria são cargos efetivos, cargos de carreira, pessoas que foram especializadas para trabalhar no serviço público. Isto é, adota-se o profissionalismo como regra, não como exceção.

Logicamente se, tivéssemos essa cultura no Brasil, certamente teríamos evitado denúncias, passadas ou presentes, em relação à gestão administrativa. Seria a maior tranquilidade para o Ministro chegar no Ministério, encontrar o quadro pronto e tocar a sua administração sem essa preocupação política em agradar a este ou a aquele partido, em trazer pessoas que muitas vezes não estão devidamente não digo preparadas, mas, vamos dizer assim, familiarizadas com o Ministério.

Esta é a razão por que, por exemplo, V. Ex^a, em relação ao diretor da Conab, que foi demitido, o que se percebe é que essa pessoa não estava devidamente familiarizada com o órgão. E V. Ex^a disse isso. Tanto que fez um pagamento indevido, que não devia ter sido feito. Isso causou realmente um transtorno, uma denúncia na imprensa, e V. Ex^a, de repente, foi obrigado a vir a público explicar não só a demissão, como outras tantas irregularidades que surgiram, denunciadas pela imprensa.



Então, eu gostaria de dizer o seguinte: quanto ao Governo da Presidenta Dilma nós não temos a menor dúvida de que a boa fé de Sua Excelência é inquestionável; a sua honestidade, a sua firmeza. Ela adotaria qualquer atitude de omissão diante de qualquer denúncia que seja feita pela mídia, pela imprensa, por um parlamentar. E V. Ex^a age nessa direção ao vir aqui. Por isso eu o parabenizo.

Mas, eu quero fazer parêntesis. O Estado de Sergipe foi muito beneficiado pela Conab. Um programa de compra antecipada da produção, por exemplo, de laranja – nós somos o terceiro produtor de laranja do Brasil. E a laranja, lá, era oferecida, e ainda é... Mas não com o apoio da Conab, porque estou sabendo que a Conab acabou com esse programa de apoio ao pequeno agricultor para a compra antecipada da produção. Eu quero saber se isso tem fundamento, e se tiver fundamento, eu quero saber, na qualidade de representante de Sergipe, eu gostaria que V. Ex^a reativasse esse programa, que teve a maior repercussão social e econômica no nosso Estado. Porque eu vi escolas, que antes não sonhavam em receber o suco de laranja congelado, protegido com as vitaminas necessárias, como também o pequeno agricultor já ter a renda antecipada com a venda à Conab, com a participação da Conab das prefeituras municipais e do próprio governo do Estado.

A minha é se esse programa terá continuidade na gestão de V. Ex^a, o se acabou? E acabou por que, já que ele estava dando resultados claros em benefício da pequena agricultura, principalmente.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, prezado Ministro Wagner Rossi, acho que nos conhecemos desde o tempo em que V. Ex^a era professor na UNAERP, antes de mesmo de iniciar a sua vida política partidária, quando me convidou para ali realizar palestras, e desde então temos um relacionamento de muito respeito e construção.

Eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua disposição de vir aqui ao Senado Federal, na semana passada à Câmara, para tirar toda e qualquer dúvida a respeito.

Eu gostaria que pudesse nos informar a respeito de como era a Conab antes do governo do Presidente Lula? Como foi durante o período em que V. Ex^a presidiu a Conab? E agora, como Ministro da Agricultura, qual é a estrutura da Conab? Quais são os seus objetivos e funções? Se puder nos informar qual o número de pessoas que trabalham na Conab? A sua movimentação financeira? Como está a sua, digamos, em termos de receita e despesas, qual a fonte de



recursos que possibilita a Conab realizar o papel de compra e venda, de regulação dos estoques dos bens agrícolas no Brasil? E em que medida V. Ex^a tem tomado medidas, como presidente da Conab, mais agora como Ministro, no sentido de prevenir problemas?

Eu, por exemplo, quando tive uma experiência executiva à frente da Câmara Municipal de São Paulo, 89 e 90. Ali, coloquei em prática o mote de que a melhor maneira de prevenir irregularidades é a transparência em tempo real de tudo acontece.

Talvez V. Ex^a tenha ali adotado diretrizes e princípios, para evitar os problemas que agora causaram preocupação a V. Ex^a. Mas com o firme propósito de corrigi-los e de prevenir para o futuro, é que passos estão sendo dados.

Eu gostaria de me somar aqui as preocupações do Senador Waldir Raupp, que são também as da *Lady Gaga*, dos *Rolling Stones*, da *Shakira*, do *Justin Bieber*, do Cristiano Ronaldo, do *Elton John*, do *Lewis Hamilton*, que iniciaram uma campanha de enorme relevância na linha do que o Senador Waldir Raupp há pouco falou, e que juntaram a instituição *Save The Children* para realizar tudo o que for possível para evitar que – aquelas pessoas somam mais de 9 milhões somente na Somália; 640 mil estão subnutridas e mais de 29 mil crianças com menos de 5 anos morreram em três meses, e as mães são forçadas a abandonarem seus filhos na estrada. A situação lá está de tal ordem que pessoas do mundo todo resolveram agir para evitar ou diminuir essa calamidade. Isso é importante.

Como nós temos ali o José Graziano da Silva, agora na direção da FAO, certamente ele está contando com a colaboração do Ministério da Cultura, da Embrapa, possivelmente da Conab – e até considero importante que possa V. Ex^a, juntamente com outros membros do Governo, com a Presidenta Dilma Rousseff, pensar em ações que o Brasil deve realizar –, assim como as iniciativas que estão sendo tomadas pelo Presidente Barack Obama e outros Chefes de Estado de todos os países, para nos solidarizarmos com este problema que, certamente, uma vez que a Presidenta Dilma Rousseff coloca como seu principal objetivo acabar com a pobreza extrema em nosso país, este objetivo é consistente com a nossa solidariedade efetiva junto aos países da África que estão passando fome.

Qualquer pessoa pode acessar hoje o DVD na Internet, onde esses artistas que já mencionei estão propondo que cada pessoa pode acessar e ouvir a música tão bonita do Bob Marley *High Tide or Low Tide*, e cada pessoa que assim o fizer estará dando uma modesta contribuição, mas importante, para acabar com aquela tragédia ali no Leste da África.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.



Antes de passar a palavra a V. Ex^a, Sr. Ministro, eu quero, em nome dos integrantes da Comissão de Agricultura, agradecer a sua presença aqui conosco hoje, e tenho certeza de que a sua vinda aqui fortalece ainda mais o Governo da Presidenta Dilma. Isso é importante, é um momento delicado, mas importante para a história do Governo da nossa Presidenta.

O primeiro requerimento aprovado em nossa Comissão foi para convidá-lo a vir até aqui, Sr. Ministro. E quero deixar isso em aberto para que possamos discutir aqui a reforma do Código Florestal; quero deixar em aberto para que a gente possa voltar a discutir esse assunto com a sua presença aqui, nesta Comissão de Agricultura, e quero, mais uma vez, agradecer a presença de V. Ex^a aqui, nesta Comissão.

V. Ex^a tem a palavra para as suas considerações finais e para responder as perguntas dos Srs. Senadores.

O SR. WAGNER ROSSI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço suas palavras.

Quero agradecer aos Senadores Renan Calheiros, pelas palavras generosas; à Senadora Ana Amélia, a quem vou responder em seguida; ao Senador Waldemir Moka, da mesma forma; ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Antonio Carlos Valadares, cujas palavras foram muito tocantes e verdadeiras; e ao Senador Eduardo Suplicy, cujas perguntas também vou responder neste momento.

Em primeiro lugar, Senadora Ana Amélia, nós não dispomos de um corpo próprio de Inteligência. Quando se trata de indicar, por exemplo, nomeações, isso é feito através da ABIN, através da Casa Civil. Há uma consulta sobre as pessoas, tudo mais, mas é a única forma. Não temos, assim, no sentido a que a senhora se referiu, e que realmente eu sinto falta. Quando o nosso Coronel João Fagundes estava mais próximo de mim, eu me sentia mais informado e mais seguro.

A motivação da denúncia a que eu me referi é que, infelizmente, nós temos dois valores que são igualmente muito relevantes: a liberdade da imprensa, que é fundamental para o trabalho... Nós ajudamos a construir, todos nós, a democracia brasileira para que esses valores pudessem ser preservados. Mas, ao mesmo tempo, às vezes, as informações que a imprensa obtém são informações interessadas, não são informações que busquem a verdade ou que busquem... E é natural que elas sejam expostas. Eu acho que é obrigação nossa responder, mas acho que, nesses casos – e um deles é, de maneira gritante, uma tentativa de, uma tentativa de... Eu não sei se chamaria de vingança, mas chamaria de uma forma de mostrar algo que não existia, porque a ação, no caso, da autoridade pública, foi extremamente severa. Eu me refiro ao caso da SPAM. Mas, *mutatis mutandis*, é a mesma questão nos outros casos, com pequenas variações. Porque naquele caso nós impedimos um golpe, ainda que com meios jurídicos, que ia ser dado na Administração e no erário público, porque se conluiou o advogado que



representava uma empresa privada com um agente público, Procurador da Conab, para lesar o patrimônio da empresa.

A descoberta disso e a forma como agimos, muito forte, impedindo, fizeram com que eles viessem a denunciar, de maneira absolutamente irresponsável e mentirosa, que houvesse qualquer tipo de possibilidade de que a Conab, que está movendo uma ação anulatória da sentença, pudesse fazer qualquer concessão que não ficasse um escândalo absoluto. Porque, como é que quem está tentando anular a decisão que era favorável à empresa, mas que foi obtida através de um conluio com o advogado que tinha a representação da Conab... Quer dizer, não quero dizer palavras mais fortes para chamar essa ação de criminosa, porque isso dependeria de novas avaliações de pessoas mais qualificadas para saber se isso é crime ou não. Mas foi esse tipo de gente que deu base a essa denúncia, uma denúncia que não tinha o menor sentido e, ao contrário, foi fruto, sim, da ação severa que tivemos nesse caso e está toda documentada aqui.

Tudo que falei aqui está nos documentos que vou pôr, sim, Presidente, à disposição da nossa Comissão para que qualquer Senador possa compulsá-los.

Fogo amigo. Eu sou contra, eu sempre digo... O Senador Suplicy lembrou da minha época de professor da Unaerp, da USP, da Unicamp, da Universidade Federal em São Carlos, eu tive uma carreira acadêmica forte, tive a felicidade de ser mandado, por instituições públicas do Estado de São Paulo, a USP e a Unicamp, para os Estados Unidos, onde fiz o PhD. Enfim, fiz uma carreira... E eu não posso, como um cientista social, embora hoje muito distante da ciência como prática cotidiana, incorporar teorias conspiratórias. Mas é claro que, na política, existem muitas circunstâncias que estão além da compreensão mais simples da lógica formal.

Quanto ao Rio Grande do Sul – embargo russo. Hoje, pela manhã, houve uma conferência, por meio eletrônico, entre a nossa equipe técnica e a equipe técnica da Rússia. Deixamos todas as alegações respondidas completamente, no sentido mais positivo. Não há nenhuma razão para que eles não tomem a decisão, que é unilateral, de reabrir. Mas tudo leva a crer que vão reabrir, mas já tenho falado isso várias vezes, e os russos, depois, não reabrem. Mas esperamos que dessa vez, dado o nível de contato entre a nossa equipe técnica e a equipe técnica russa, não há mais motivo para que isso não ocorra.

Quanto ao Código Florestal, a senhora, Senadora e todos os senhores Senadores aqui sabem que sou um homem de posições claras. Eu até, sem nenhuma pretensão, contribuí para a criação do consenso no Governo que levaria a uma votação tranquila do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Por circunstâncias políticas do final daquele momento, houve uma mudança de algumas pessoas que haviam participado da formulação do consenso. E, pior ainda, com a vinda da decisão para o Senado, as pessoas quiseram reabrir o que



havia sido discutido e mais do que discutido, ou seja, consensuado, tanto dentro do campo governamental quanto dentro do campo político.

Tenho uma posição clara, definida, repito, não tenho a menor dúvida porque sei, como homem que lida com o campo no cotidiano, como homem que conversa com todas as cadeias produtivas, que a economia agrária brasileira precisa da reforma do Código Florestal nos termos colocados na Câmara, com os ajustes, as correções eventuais que possam ser feitas pelos Senadores com sua experiência, com sua capacidade de ver para além. Mas digo: não é possível a agricultura e a pecuária brasileira conviverem com a falta de garantia jurídica para que o produto do campo possa dedicar a atividade nobre que ele desempenha, sobretudo na produção de alimentos.

Alguém disse – e quero retornar a esse tema apenas pontualmente – que, se o Brasil está de pé, é pelo agronegócio brasileiro. Estamos entrando em uma crise que, certamente, trará angústias a muitos países no mundo. O Brasil, mais uma vez, se Deus permitir, será o País que menos sofrerá o impacto porque hoje está concentrado na produção de alimentos, e o alimento é a última coisa que alguém, nos gastos familiares, pode cortar. Portanto, temos hoje uma situação tão positiva que não é justo penalizar a competência do produtor brasileiro. Não é justo criar embaraços para que a produção no Brasil seja cada vez maior, já que o mundo tem fome e o Brasil é um dos poucos países e o país que mais pode responder com eficiência ao desafio da produção de alimentos.

Temos condições – e falo isso como Ministro que fez o primeiro programa no mundo para compatibilizar a produção de alimentos e o respeito ao meio ambiente, que é o Programa ABC, que está destinando este ano R\$3,15 bilhões para atividades agronômicas que façam essa junção da preservação ambiental com o aumento da produção. E ela está sendo de grande sucesso, com renovações de pastagens, melhoria de pastagens, com a consorciação de agricultura, pecuária e lavoura, com o plantio direto na palha, com atividades, enfim, que já são conhecidas, mas precisavam ser estimuladas. Nossa produtor quer realizar essas coisas tão boas, e hoje temos condições de fazê-lo. Estou ao lado daqueles que propugnam que o Senado aprecie e dê essa grande contribuição à agricultura e pecuária brasileira para que ela continue proporcionando o bem-estar do nosso povo e garantindo o nível de resultado econômico advindo das nossas exportações de *commodities* agrícolas.

Falei isso apenas para dar um dado que foi lembrado pelo Senador Moka, o superávit. Nesses últimos doze meses, de agosto do ano passado a julho deste ano, as exportações brasileiras do agronegócio montaram a US\$86 bilhões. Sem dúvida, é um número altamente expressivo e que vai nos permitir um superávit ainda maior neste ano. Mas isso é feito pela raça, pela garra, pela capacidade de enfrentar crises do produtor rural brasileiro.

Agora, não podemos penalizar um homem e uma mulher que estão no campo produzindo essa riqueza. É preciso dar garantia jurídica, dar segurança



jurídica, dar estabilidade, e isso a mudança no Código Florestal é imprescindível para que possamos conseguir.

Não me furto a essa posição que, todos sabem, é a posição da agricultura e da pecuária brasileira.

Quero, respondendo ao Presidente Valdir Raupp, dizer que vou trabalhar com ele para trazê-lo para um conhecimento mais próximo das admiráveis qualidades que a Conab tem. A Conab realiza um papel extraordinário, e isso me permite responder a uma das questões que o Senador Suplicy me colocou, muito próprias, muito adequadas.

A Conab tem uma atividade intensa e é um híbrido, porque a Conab faz desde o apoio ao agronegócio brasileiro, através de prospectiva de safras, previsão de safras, informação de ótima qualidade disponível para o produtor, apoio, portanto, às atividades produtivas do médio, grande e pequeno produtor, como faz a administração dos estoques públicos de alimentos.

O senhor colocou uma questão muito interessante: o que é que mudou? O que é que fez o Presidente Lula que teve uma atuação extraordinária? Eu discutia com o Presidente Lula e ele me dizia assim: “Ô Wagner, está bom, quando o agricultor está com os preços abaixo do preço mínimo, o preço de mercado é menor que o preço de garantia, a Conab entra, ajuda e faz a ação de subsidiar – o Ministério, através da Conab –, de garantir um preço mínimo ao produtor. Mas e quando o preço sobe, quando ele é administrado pelo atravessador, quando ele é manipulado, o que nós fazemos?”. Eu dizia: “Presidente, nós temos pouca capacidade de agir”. “Mas nós temos que ter...”

E aí nós voltamos a uma política que tinha sido abandonada. Por quê? Porque, no passado, ela foi feita com equívocos. Ninguém esquece a campanha do Presidente Collor quando ele mostrou na televisão estoques de alimentos deteriorados e perdidos, num país que passava fome à época. E essa imagem ficou gravada, como se a administração dos estoques públicos fosse impossível.

Mas nós voltamos, ao contrário, com o Presidente Lula, a mudar o enfoque do estoque público e voltamos a ter estoque público de alimentos, porque é o único instrumento que temos para regular o mercado se ele tiver uma alta manipulada, se ele for especulativo no sentido de alta. E aí nós adotamos um critério muito científico de administração de estoques: estoques menores, renováveis rapidamente, comprados na entressafra, quando os preços estão mais baixos, para ajudar a manutenção dos preços para o produtor; e vendidos quando o mercado necessita, para controle de altas elevadas que podem prejudicar a população.

Ao mesmo tempo, é um estoque estratégico, porque, é claro, pode atender a uma situação de desabastecimento, de questão climática, que pode deixar a produção cair muito, mas ele é sobretudo um estoque que permite a regulação do mercado. Com respeito, porque o mercado é, antes de tudo, livre, e



é sempre livre quando for eficiente. Apenas quando a manipulação inadequada de mercado penalizar a população é que a gente entra com a utilização dos estoque públicos.

Sim, voltamos a tê-los e temos na Conab a sua administração.

É mais uma grande contribuição da Conab. A Conab coloca o milho para os pequenos consumidores que usam o milho como insumo, por exemplo, para agricultura, para suinocultura, para pecuária de leite no Nordeste, que é de pequena monta individual, claro, e a Conab põe lá por um preço melhor que o de mercado.

A Conab pode atuar levando alimentos – e o senhor ou alguém o citou pelo menos. E aí, permita-me dizer, nós temos feito doações significativas para países em situação de insegurança alimentar. Eu tive ocasião, como Presidente da Conab, atendendo determinação do Presidente Lula, de enviar alimentos de monta a países da América Central, em especial ao Haiti, mas também a Honduras, a Cuba, a vários países da África, que foram atendidos com doações significativas.

O Brasil, hoje, é o grande fornecedor de proteínas do mundo, e, além dessa comercialização ampla, há ainda a generosidade do povo brasileiro para com as nações que, por vezes, passam por situações dramáticas como a Somália, a que o senhor se reportou. E, certamente, nós vamos estar, através dos programas da FAO de que o Brasil vai participar, bem como através das doações específicas, participando do auxílio a essas populações tão necessitadas.

Claro, a Conab é uma empresa dependente do Tesouro Nacional. Ela não é uma empresa que visa lucro; ela é uma empresa de apoio à comercialização da agricultura, ao pequeno e médio produtor sobretudo; ela é uma empresa de informação e tecnologia para a previsão de safras, preços, que dá ao produtor – pequeno médio ou grande –, com informações de qualidade, condições de tomar decisões com uma eficiência muito maior. Ela tem 4,5 mil funcionários; o índice de cargos em comissão é muito pequeno, mas concordo inteiramente, Senador Antonio Carlos Valadares, com a descrição que o senhor fez sobre como deveria ser a nossa administração, como é em muitos países, sobretudo os países nórdicos, e nos países de tradição democrática: a existência de carreiras próprias de Estado, permitindo uma estabilidade muito maior nos programas de políticas públicas e na ação do Estado.

Quanto à compra antecipada de laranja, é um programa excelente. Eu vou verificar, porque já não estou na Conab há um ano e meio, se houve descontinuidade. Vamos conversar com o senhor e procurar restabelecer.

Sobre a laranja, nós acabamos de fazer, no Estado de São Paulo, que é o maior produtor ainda, o Acordo da Laranja, depois de 40 anos de luta dos produtores com a indústria. As indústrias são poucas, muito grandes, muito fortes economicamente, de governança muito qualificada e tinha uma capacidade de entrar no mercado e impor preços que, muitas vezes, penalizavam os pequenos e



médios produtores. Depois de quarenta anos, tive a honra de anunciar, junto com a Presidente Dilma, por ocasião do anúncio do Plano Safra deste ano, em Ribeirão Preto, um mês e meio atrás, que houve um acordo entre as indústrias de moagem da laranja e os produtores de laranja, garantindo um preço mínimo de R\$10,00 mais R\$0,50 de participação mínima. Pela primeira vez na história, o produtor de laranja está participando do resultado da exportação do suco de laranja com um percentual que deve elevar o preço, neste ano, a R\$11,00 por caixa, quando o mercado *spot*, naquele momento, estava pagando R\$7,00 com tendência a R\$6,00. Isso significa, como havia 80 milhões de caixas ainda disponíveis no mercado *spot* de laranja, que houve uma injeção de R\$300 milhões, no espaço do segundo semestre deste ano, no setor produtivo para pequenos e médios produtores de laranja no Estado.

Certamente, o Estado de Sergipe, que começa e está se desenvolvendo grandemente na área de fruticultura, especialmente de laranja, poderá ser beneficiado por essa nova estabilização em preços adequados da remuneração ao produtor de laranja.

Finalmente, Senador Suplicy, não sei se faltei a algumas das questões mais específicas, mas quero agradecer a V. Ex^a, à Senadora Ana Amélia...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O Senador Luiz Henrique gostaria que V. Ex^a – e eu também – falasse um pouco sobre a questão da banana, que atinge Santa Catarina e, em São Paulo, o Vale da Ribeira. Há poucos dias, a Prefeita de Registro...

O SR. CARLOS LUPI – Exato.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Encaminhamos a V. Ex^a um ofício da Comissão de Relações Exteriores no sentido de que se impeça a importação da banana do Equador.

O SR. CARLOS LUPI – É verdade.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – ...que vai provocar grande prejuízo para o bananicultor brasileiro.

O SR. CARLOS LUPI – Muito bem, estarei ainda hoje procurando levar avante essa proposta, estudá-la, fazendo da melhor maneira possível, em defesa dos produtores de banana do sul e também de São Paulo, do vale da Ribeira.

Agradeço muito aos Srs. Senadores. Espero ter sido digno da história desta Casa e digno da grande recepção que recebi nesta Casa o dia de hoje.

Muito obrigado Srs. Senadores e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Sr. Ministro.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 46

Sr^as e Srs. Senadores, não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião, lembrando que amanhã, às 8h30min, teremos mais uma reunião da nossa Comissão de Agricultura.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 16 minutos, a reunião é encerradas às 15 horas e 17 minutos.)